

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC LUIZ GABRIEL RIBEIRO

A EVOLUÇÃO DA DOUTRINA MARÍTIMA DA FEDERAÇÃO RUSSA DE 2001 A 2022:
Ensinos aplicáveis à Marinha do Brasil.

Rio de Janeiro

2023

CC LUIZ GABRIEL RIBEIRO

A EVOLUÇÃO DA DOUTRINA MARÍTIMA DA FEDERAÇÃO RUSSA DE 2001 A 2022:
Ensinos aplicáveis à Marinha do Brasil.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) ALCEU OLIVEIRA
CASTRO JUNGSTEDT

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2023

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

“Uma boa Marinha não é uma provocação para a guerra. É a forma mais segura de garantia da paz.”
(Theodore Roosevelt)

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha existência, por sua misericórdia, tolerância e amor, pela sua eterna orientação que não me permitiu desistir dos meus sonhos nos momentos mais difíceis e, principalmente, por ter me dado uma família maravilhosa.

A minha saudosa mãe Sueli, pela vida e por me oferecer uma base moral sólida, sendo o fio condutor para que eu conseguisse trilhar meu caminho e alcançar meus objetivos.

A minha esposa Verônica, ao meu filho João Gabriel, pelo irrestrito e persistente incentivo durante o período de elaboração deste trabalho e pela paciência e compreensão pelos momentos que os privei da minha presença.

Ao meu amigo Tenente Coronel Aviador Tunala, pelo auxílio à pesquisa e conselhos precisos que auxiliaram sobremaneira na construção desta dissertação.

À Escola de Guerra Naval, por meio de sua direção, administração e corpo docente que souberam de forma profissional e exemplar apoiar e conduzir a construção do nosso conhecimento.

Ao meu orientador CMG (RM1) Jungstedt, pelos incentivos, paciência e pelos valiosos ensinamentos transmitidos durante a elaboração da minha pesquisa, sempre de maneira amigável e cortês. O seu exemplo de entusiasmo e profissionalismo foram fundamentais para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

Aos meus amigos do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores do ano de 2023, em especial a todos integrantes da turma Almirante Sylvio de Noronha, pela amizade e pelos bons momentos em que pudemos realizar um excelente intercâmbio de conhecimentos e de camaradagem.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação, o meu sincero agradecimento.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar a evolução da Doutrina Marítima da Federação Russa de 2001 a 2022, a fim de verificar possíveis ensinamentos a serem aplicados pela Marinha do Brasil. A relevância do tema reside na contribuição para formulação do próximo Plano Estratégico da Marinha, bem como para difundir a percepção da necessidade do desenvolvimento e manutenção de uma Marinha forte, com poder dissuasório de Antiacesso/Negação de área considerável. Para alcançar o objetivo proposto foi realizada pesquisa bibliográfica e documental adotando-se as metodologias de estudo analítico e comparativo para produção textual. Foi utilizado como ponto de partida e apoio à pesquisa, a teoria de *Anti-Access/Area-Denial* formulada por Andrew Krepinevich e expandida por Sam J. Tangredi, ambos estrategistas norte-americanos. Para compreendermos os fundamentos e aplicações da Doutrina Marítima da Federação Russa analisamos a Estratégia da Segurança Nacional da Federação Russa e os Fundamentos da Política Estatal da Federação Russa na Área da Atividade Naval para o período até 2030, documentos de alto nível da Rússia. Examinando esses três documentos demonstramos a presença dos conceitos de *Anti-Access/Area-Denial* na aquisição e desenvolvimento dos meios navais e na formulação das diretrizes políticas de defesa da Rússia. Verificamos também que para o emprego de alguns conceitos de *Anti-Access/Area-Denial* utilizados pela Rússia, na Marinha do Brasil, haveria a necessidade da ampliação dos recursos financeiros destinados à Força. Constatamos ainda, que a implementação desses novos conceitos dependeria, em grande medida, do desenvolvimento de uma Base Industrial de Defesa sólida, diversificada e avançada e do apoio consistente da sociedade e, mais especificamente, do poder político, cômicos das ameaças e dos riscos aos quais o Brasil está exposto. Por fim, concluímos que parte dos conceitos e ações de *Anti-Access/Area-Denial* empregados pela Rússia poderiam ser, de maneira adaptada à realidade brasileira, utilizados para o aperfeiçoamento do Planejamento Estratégico da Marinha.

Palavras-Chave: Rússia; *Anti-Access/Area-Denial*; Doutrina Marítima da Federação Russa; Recursos financeiros; Base industrial de defesa; Brasil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Meios Navais da Rússia por Esquadras de 1990 a 2018	53
Figura 2 - Modelo teórico para o emprego de capacidades A2/AD.....	54
Figura 3 - Emprego de capacidades A2/AD em ambiente multidomínio.....	55
Figura 4 - Estratégia de A2/AD em camadas sucessivas.....	56
Figura 5 - Entorno estratégico brasileiro.....	57
Figura 6 – Sistema de defesa em camadas proposto.....	58
Figura 7 - Esboço gráfico do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz).....	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

I GM -	Primeira Guerra Mundial
A2/AD -	<i>Anti-Access/Area-Denial</i>
AM -	Atividades Marítimas
BID -	Base Industrial de Defesa
CAM -	Controle de Área Marítima
CS -	Conselho de Segurança
CSBA -	<i>Center for Strategic and Budgetary Assessments</i>
DI -	Direito Internacional
DM -	Doutrina Marítima da Federação Russa
DMN -	Doutrina Militar Naval
END -	Estratégia Nacional de Defesa
ESN -	Estratégia da Segurança Nacional da Federação Russa
EUA -	Estados Unidos da América
FA -	Forças Armadas
FAB -	Força Aérea Brasileira
FS -	Forças Singulares
ICN -	Indústrias de Construção Naval
LCM -	Linhas de Comunicações Marítimas
MB -	Marinha do Brasil
MT -	Mar Territorial
NAe -	Navio(s) Aeródromo(s)
NOM -	Nova Ordem Mundial

NUM -	Negação do Uso do Mar
OBNAV -	Objetivos Navais
OM -	Oceano Mundial
ONU -	Organização das Nações Unidas
PC -	Plataforma Continental
PEM -	Plano Estratégico da Marinha
PMN -	Política Marítima Nacional
PN -	Fundamentos da Política Estatal da Federação Russa na Área da Atividade Naval para o período até 2030; ou Política Naval
PND -	Política Nacional de Defesa
PROSUB -	Programa de Desenvolvimento de Submarinos
RI -	Relações Internacionais
RMN -	Rota Marítima Norte
SNFR -	Segurança Nacional da Federação Russa
SC -	Submarino Convencional
SNA -	Submarino de Ataque Nuclear
TO -	Teatro de Operações
TOM -	Teatro de Operações Marítimo
URSS -	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE -	Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	ANTI-ACCESS/AREA-DENIAL (A2/AD)	12
2.1	Antecedentes históricos do A2/AD	12
2.2	Precursos da estratégia naval de A2/AD	14
2.3	A estratégia naval de A2/AD no século XXI.....	17
2.4	Conclusões parciais	20
3	O PENSAMENTO ESTRATÉGICO RUSSO.....	21
3.1	A Estratégia da Segurança Nacional da Federação Russa (ESN-2021)	21
3.2	A Doutrina Marítima da Federação Russa de 2022 (DM-2022)	24
3.3	Os Fundamentos da Política Estatal da Federação Russa na Área da Atividade Naval para o período até 2030 (Política Naval)	29
3.4	Conclusões parciais	33
4	O EMPREGO DO A2/AD NAS MARINHAS RUSSA E BRASILEIRA.....	34
4.1	A estratégia de A2/AD aplicada à Marinha da Rússia	35
4.2	A estratégia de A2/AD aplicada à Marinha do Brasil.....	38
4.3	Conclusões parciais	44
5	CONCLUSÃO	45
	REFERÊNCIAS.....	49
	ANEXOS.....	53

1 INTRODUÇÃO

A Rússia é o maior Estado do mundo em extensão territorial com 17.098.246 km², possuindo uma população estimada em 146,8 milhões de habitantes, sendo a nona maior do mundo, segundo o Consulado Geral da Rússia no Rio de Janeiro¹. Em 2022, o Produto Interno Bruto russo foi de 2,13 trilhões de dólares, posicionando a Rússia como a nona maior economia global, conforme relatório da Agência Classificadora de Risco *Austin Rating*².

A Rússia tem cerca de 37.653 km de litoral e fronteiras terrestres bastante vulneráveis devido à ausência, quase total, de acidentes geográficos delimitadores. Essa ausência de obstáculos naturais facilitaram as invasões, encorajando mongóis, liderados por Gengis Khan, franceses, sob o comando do Imperador Napoleão e alemães, guiados por Hitler a se lançarem em guerras de expansão territorial nos séculos XIII, XIX e XX, segundo Freeze (2017).

Para compreendermos o pensamento naval russo temos que analisar o impacto do fim abrupto da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na elaboração da Doutrina Marítima da Federação Russa (DM-2022), sob a ótica da geopolítica contemporânea. Cabe ressaltar, que a Federação russa é membro do Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e herdou a maior parcela do arsenal soviético, incluindo o nuclear.

As crises econômicas desencadeadas após o colapso da URSS em 1991 e o fim da Guerra Fria (1947-1991) contribuíram para o encolhimento da marinha russa e a degradação de suas capacidades (**FIG. 1**). Neste cenário, a Marinha da Rússia reformulou suas estratégias, doutrinas e políticas visando adequar-se à nova realidade econômica e geopolítica, bem como para atender aos objetivos nacionais estabelecidos pelo governo, segundo Martins (2018).

Neste contexto, verificaremos, nos documentos estratégicos a serem analisados, se a Rússia emprega os conceitos de antiacesso e Negação do Uso do Mar (NUM) para defesa do Estado. Sob essa perspectiva, utilizaremos como teoria de apoio para elaboração deste trabalho acadêmico o *Anti-Access/Area-Denial (A2/AD)*.

¹ Fonte: <<https://consrio.mid.ru/web/consrio-br/de-historia>>.

² Fonte:<<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/brasil-sobe-uma-posicao-e-volta-a-ser-12a-maior-economia-do-mundo-em-2022/>>.

O propósito desta dissertação será analisar a evolução da Doutrina Marítima da Federação Russa de 2022 em comparação com a de 2001. Com o auxílio de documentos oficiais de alto nível, verificaremos se há diferenças decorrentes da evolução dos cenários interno e externo, avanços tecnológicos e alterações dos objetivos políticos, a fim de identificarmos possíveis ensinamentos a serem aplicados à Marinha do Brasil (MB). Para alcançarmos este propósito, realizamos pesquisa bibliográfica e documental e adotamos as metodologias de estudo analítico e comparativo para produção textual.

Ao término, pretendemos responder à seguinte questão de pesquisa: A evolução da DM russa pode oferecer ensinamentos estratégicos adaptáveis ao Plano Estratégico da Marinha (PEM)? Na resposta desta questão reside a relevância do tema proposto que visa contribuir com a elaboração do próximo PEM, difundindo a necessidade do desenvolvimento e manutenção de uma marinha forte, com poder dissuasório de A2/AD considerável. O objetivo secundário desta dissertação é o estudo do pensamento estratégico russo.

Para atingir os objetivos supracitados, esta dissertação foi estruturada em cinco capítulos. Após esta introdução, no segundo capítulo, abordaremos os conceitos de A2/AD apresentando seus antecedentes históricos, as contribuições do Almirante norte-americano Alfred Thayer Mahan (1840-1914) e do historiador inglês Sir Julian Stafford Corbett (1854-1922) e, por fim, a concepção contemporânea de A2/AD concebida por Andrew Krepinevich (1950-) e expandida posteriormente por Sam J. Tangredi (1956-).

No terceiro capítulo analisaremos a Estratégia da Segurança Nacional da Federação Russa (ESN-2021), um dos documentos que fornecem as diretrizes para a elaboração da DM. Em seguida, comparando as DM-2022 e 2001, verificaremos se há evidências da adoção dos conceitos de A2/AD na DM russa atual. Por fim, examinaremos os Fundamentos da Política Estatal da Federação Russa na Área da Atividade Naval para o período até 2030, doravante chamado de Política Naval (PN-2017), que tem a finalidade de aplicar a DM.

Na sequência, verificaremos, no quarto capítulo, como Rússia e o Brasil empregam os conceitos de A2/AD em suas estratégias de defesa nacionais, destacando os papéis de suas marinhas. Nesta direção, apontaremos os conceitos de A2/AD utilizados, pela MB, para consecução da estratégia dissuasória brasileira.

Finalizando esta dissertação, apresentaremos no último capítulo as conclusões obtidas visando responder à questão de pesquisa proposta, a partir dos resultados alcançados e deslindados nos capítulos precedentes.

2 ANTI-ACCESS/AREA-DENIAL (A2/AD)

Neste capítulo, apresentaremos os conceitos de A2/AD abordando desde suas origens históricas, na seção um, até sua concepção contemporânea elaborada por Krepinevich e expandida por Tangredi, na seção três. Como elo entre as origens históricas e a abordagem contemporânea, abordaremos, na seção dois, alguns conceitos e ideias de dois dos grandes pensadores da estratégia naval: Mahan e Corbett.

Os conceitos de A2/AD foram apresentados por Andrew Krepinevich, em 2003, no relatório “Meeting the Anti-access and Area Denial Challenge” para denominar o *modus operandi* defensivo adotado pelos adversários dos Estados Unidos da América (EUA). Apesar de se utilizarem de termos novos para designação de uma estratégia contemporânea, os conceitos que eles representam são antigos, conforme veremos no próximo capítulo.

Krepinevich (2010) definiu o conceito de *Anti-Access (A2)* como sendo um conjunto de ações destinadas a evitar ou a dificultar a penetração de forças militares inimigas no Teatro de Operações (TO). Já o conceito de *Area-Denial (AD)* foi descrito como um conjunto de atividades desenvolvidas para negar a liberdade de ação do inimigo no TO. Nesta dissertação, utilizaremos a terminologia “estratégia de A2/AD” para nos referirmos, de modo genérico, às estratégias que utilizam os conceitos de A2/AD.

Para fins de uniformização textual e conceitual consideraremos o emprego dos termos “estratégia marítima” e “estratégia naval” com o sentido que Corbett utilizou em suas obras. A primeira expressão, mais abrangente, envolve também outras vertentes estratégicas como a econômica, política, psicossocial e a diplomática. Já a segunda, refere-se à expressão do poder naval bélico propriamente dito, sendo parte da estratégia marítima, conforme nos ensina Violante (2015).

2.1 Antecedentes históricos do A2/AD

Ao longo da história foram registradas inúmeras tentativas engenhosas criadas pelo homem para impedir o acesso do inimigo ao seu território e preservar sua existência. O conceito de *Anti-Access (A2)* é uma das formas de proteção da coletividade contra agressões externas, possuindo uma relação intrínseca com instinto humano de sobrevivência.

Tangredi (2013) cita como exemplos históricos do emprego do conceito de A2 as construções da Muralha da China, entre 220 a.C. e o século XVI, da Muralha do Imperador romano Adriano na Grã-Bretanha e, mais recentemente, do Muro de Berlim.

Entretanto, o emprego dos conceitos de A2/AD, em ambiente naval, tem seu registro histórico mais remoto na Batalha Naval de Salamina, travada em 480 a.C., entre gregos e persas. Nesta batalha, o imperador persa Xerxes, comandando a maior força naval já reunida, formada por 1.327 navios de guerra e cerca de 1,7 milhões de soldados, atacou as cidades-estados da Grécia lideradas por Temístocles. “Em oposição, as cidades-estados gregas médias, que eram soberanas e raramente se aliavam, tinham apenas alguns milhares de defensores cada”³ (TANGREDI, 2013, p. 15, tradução nossa).

Os gregos conseguiram derrotar os persas isolando o gigantesco exército de Xerxes após cortarem as Linhas de Comunicações Marítimas (LCM), impedindo o abastecimento pelo mar. Isso foi possível porque, apesar de menos numerosos, os navios gregos eram mais modernos e possuíam maior manobrabilidade, segundo Strauss (2007).

A correta exploração das condições geográficas do estreito de Salamina, TO onde ocorreu a batalha, contribuiu para a equiparação relativa das forças navais combatentes. O fator de força que era o gigantesco contingente liderado por Xerxes foi transformado em fraqueza, pois a terra arrasada pela guerra não era suficiente para prover alimentos para tropa isolada, após a derrota de Xerxes na Batalha Naval de Salamina.

A lógica da estratégia de Temístocles foi ter compreendido que o controle do mar era essencial para negar a Xerxes a logística necessária para continuação da ação militar em terra. “O custo da conquista de toda a Grécia repentinamente tornou-se muito alto”⁴ (TANGREDI, 2013, p. 20, tradução nossa).

Ao analisarmos o resultado da Batalha Naval de Salamina concluímos que a aplicação dos conceitos de A2/AD no Teatro de Operações Marítimo (TOM) permitiu que a força naval grega, em desvantagem numérica, superasse a gigantesca força naval persa impedindo o reabastecimento e o reforço das tropas de Xerxes, isolando-as no continente.

³ No original: “In contrast, the average Greek city-state—jealous of sovereignty and rarely before united—had but a few thousand defenders.”

⁴ No original: “Whether or not this message had an effect, Xerxes ordered the bulk of his forces—already starting to face starvation—back into Asia. The cost of conquest of all of Greece had suddenly become too high.”

2.2 Precusores da estratégia naval de A2/AD

Mahan era filho de um professor da Academia Militar de West Point e desde o início de sua carreira como oficial da marinha norte-americana desenvolveu um forte interesse pela história. Em 1886 passou a lecionar no *US War College*, Escola de Guerra Naval dos EUA, em Newport, onde se destacou e ampliou seus estudos sobre estratégia marítima, procurando entender os motivos do domínio dos mares pela Grã-Bretanha por mais de três séculos, de acordo com Violante (2015).

Em sua contribuição para evolução do pensamento naval, Mahan produziu cerca de 5.000 páginas de textos durante a carreira de escritor, entre 1883 e 1913. Estudioso e adepto de Jomini⁵, o Almirante norte-americano teve seu pensamento doutrinário fortemente influenciado pelo estrategista. Seu livro mais famoso, *A Influência do Poder Marítimo na História 1660-1783*⁶, foi publicado em 1890, atingindo um grande sucesso, segundo Till (2018).

Para Wedin (2015), uma das ideias fundamentais de Mahan era que o poder naval terminaria sempre vencendo o poder terrestre ao final de uma disputa. Na mesma linha segue Coutau-Begarie (2010) quando afirma que a superioridade dos impérios marítimos sobre os impérios continentais, defendida por Mahan, fornece uma base histórica ao “navalismo”, este elemento essencial do grande movimento de expansão que caracteriza as principais potências europeias da *Belle Époque*⁷.

Wedin (2015), destaca que Mahan considerava os bloqueios e as batalhas decisivas os principais métodos da guerra naval, sendo a prioridade de uma esquadra a destruição ou paralisação da esquadra adversária. Ele acreditava também que, somente após a garantia do domínio do mar, era possível atacar o comércio ou as costas do inimigo. Sua insistência quanto à guerra de esquadras foi, às vezes, chamada de “navalismo” ou “Mahanismo”.

Para Till (2018), o “Sea Power”⁸ de Mahan era definido como um sistema onde o comércio exterior produzia as riquezas necessárias ao crescimento da força marítima e o

⁵ Henri-Antoine Jomini foi o principal teórico militar da primeira metade do século XIX, tendo participado das campanhas napoleônicas. Sua obra mais importante é “*Precis de L’Art de LA Guerre – 1836*”.

⁶ No original: “*The Influence of Sea Power upon History 1660–1783*”.

⁷ A Belle Époque foi um período de cultura cosmopolita na Europa, que começou no fim do século XIX, com o final da Guerra Franco-Prussiana, em 1871, e durou até à eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914.

⁸ O *Sea Power* de Mahan pode ser compreendido como a capacidade de alcançar o domínio do mar a fim de atingir a prosperidade econômica (WEDIN, 2015).

aumento do poderio naval, servindo este para proteção do próprio comércio. Assim, tem-se que o “controle do mar pelo comércio marítimo e supremacia naval significa influência predominante no mundo. . . [e] é o principal entre os elementos meramente materiais no poder e prosperidade das nações.”⁹ (TILL, 2018, p. 74, tradução nossa).

O historiador inglês Corbett aprofundou e refinou as ideias de Mahan, utilizando-se de pesquisa histórica e ponderação de alguns aspectos adicionais de outras teorias militares, tais como as de Carl von Clausewitz¹⁰, conforme explica Monteiro (2011). Desta maneira, Corbett concluiu que: “a batalha não é um fim em si mesma, que as batalhas decisivas têm sido muito raras na história, que o domínio do mar não é nada além do que o controle das comunicações marítimas, daí a importância da sua proteção” (COUTAU-BÉGARIE, 2010, p. 437).

Wedin (2016) relata que, Corbett começou a estudar e a escrever sobre a história da marinha britânica em 1883, tornando-se palestrante no *Royal Naval War College*, em 1902. Durante a Primeira Guerra Mundial (I GM, 1914-18), escreveu a história oficial das operações conduzidas pela *Royal Navy*. Segundo Till (2018), ele produziu a maior parte de seus livros no período anterior a I GM, em um cenário onde suas ideias perdiam força no Reino Unido.

Sua obra mais conhecida, “Some Principles of Maritime Strategy” (1911), enfatizava a importância do controle das comunicações marítimas conforme veremos a seguir:

É óbvio que se o objetivo e o fim da guerra naval é o controle das comunicações, ela deve trazer consigo o direito de proibir, se pudermos, a passagem de propriedade pública e privada no mar. Agora, o único meio que temos de impor tal controle das comunicações comerciais no mar é, em último recurso, a captura ou destruição de propriedade marítima. Tal captura ou destruição é a penalidade que impomos ao nosso inimigo por tentar usar as comunicações das quais ele não detém o controle¹¹ (CORBETT, 2004, p. 95, tradução nossa).

Para Wedin (2016), a principal contribuição de Corbett foi ter compreendido que o controle das comunicações marítimas do adversário constitui o objetivo fundamental das operações navais, e não a destruição da esquadra inimiga como afirmava Mahan. Segundo

⁹ No original: “Control of the sea by maritime commerce and naval supremacy means predominant influence in the world . . . [and] is the chief among the merely material elements in the power and prosperity of nations.”

¹⁰ Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz foi um militar do Reino da Prússia que ocupou o posto de general e é considerado um grande estrategista militar e teórico da guerra por sua obra “Of War”.

¹¹ No original: “It is obvious that if the object and end of naval warfare is the control of communications it must carry with it the right to forbid, if we can, the passage of both public and private property upon the sea. Now the only means we have of enforcing such control of commercial communications at sea is in the last resort the capture or destruction of sea-borne property. Such capture or destruction is the penalty which we impose upon our enemy for attempting to use the communications of which he does not hold the control.”

Corbett, o objetivo da guerra naval era obter o comando do mar, o que significava estabelecer o controle das comunicações marítimas, seja para fins comerciais ou militares.

Corbett divergia de Mahan ao defender que o sucesso militar britânico residia na combinação dos poderes marítimo e terrestre, sem colocar o primeiro como superior, defendendo a ponderação da importância destes em função da maritimidade ou da continentalidade da nação. Corroborando com esta visão, Till (2018) afirma que os poderes terrestres e marítimos não são opostos, mas representarão pesos diferentes para Estados imperialistas, onde o mar será um fator decisivo e vital para sua expansão.

Outra divergência entre os pensadores é o fato de Mahan entender que o bloqueio era um desperdício de navios de linha, enquanto Corbett enxergava-o como o centro da guerra no mar (VIOLANTE, 2015). “Corbett considerava que a batalha decisiva era relevante, no entanto, considerava difícil que ocorresse, pois, a esquadra mais fraca evitaria o combate, realizando tarefas pertinentes a sua dimensão e características” (VIOLANTE, 2015, p. 241).

Mais um aspecto que diferencia Corbett de Mahan é a maior influência de Clausewitz na obra do historiador inglês. Assim, Corbett adotou uma abordagem política do poder marítimo, enfatizando que a guerra era um ato político, sendo apoiar ou obstruir o esforço diplomático a primeira função da esquadra. Desta forma, ele defendia que a estratégia marítima deveria estar alinhada à política, servindo aos interesses do Estado, e na paz ou na guerra, deveria refletir os objetivos nacionais (TILL, 2018).

Ainda no espectro das diferenças conceituais entre os dois pensadores, ressaltamos as distintas abordagens sobre o princípio da concentração. Para Corbett, a concentração residiria na alocação de navios para tarefas específicas, podendo dispersá-los ou não se necessário. Ele entendia que as forças dispersas podiam efetuar melhor o controle do mar e, possuindo comunicações entre si, poderiam se reunir total ou parcialmente de maneira expedita, antes que qualquer força inimiga pudesse explorar a fraqueza de uma dessas forças. No sentido oposto, Mahan considerava a dispersão de forças um erro.

Desta maneira, Corbett defendia que a estratégia marítima tinha um sentido mais amplo englobando a disposição, movimentação e as finalidades imediatas da esquadra, diferente da concepção mais estrita de Mahan, voltada para batalha decisiva (CORBETT, 2014). Nessa mesma perspectiva, Wedin (2016) refere-se a estratégia naval como sendo a parte militar de uma estratégia marítima mais ampla, compreendendo também uma dimensão comercial, uma dimensão diplomática.

A despeito de escrever para a marinha inglesa, que era a mais poderosa do início do século XX, Corbett entendia que a necessidade do controle do mar era o objetivo maior a ser alcançado e mantido, garantindo a capacidade de utilização das comunicações marítimas para fins políticos, militares e comerciais em tempos de paz ou de guerra.

A visão de Corbett acerca da NUM é majoritária entre as marinhas da atualidade, sendo a estratégia de A2/AD uma das formas de buscar a paridade relativa de forças pelo lado que se sabe mais fraco. Neste sentido, Moura (2009) expõe que a NUM é normalmente realizada por quem não tem condições de estabelecer o Controle de Áreas Marítimas (CAM), por ser um poder naval mais fraco, ante o oponente.

2.3 A estratégia naval de A2/AD no século XXI

No período posterior a Guerra Fria os EUA se tornaram a potência hegemônica em um cenário mundial unipolar, possuindo uma superioridade bélica inquestionável no final do século XX e nas primeiras décadas do século XXI. Sua disparidade militar foi comprovada na Primeira Guerra do Golfo (1990-1991) contra o Iraque, onde a utilização extensiva de tecnologias avançadas levou os americanos e seus aliados a uma rápida e esmagadora vitória.

A Guerra do Golfo serviu para alertar os adversários dos EUA acerca da necessidade do desenvolvimento de tecnologias, estratégias e táticas para se contraporem à tamanha vantagem. Neste contexto, as estratégias de dissuasão e negação de área ganharam importância de defesa dos adversários americanos, com destaque para a China, Irã e Rússia.

A primeira publicação a abordar, o antiacesso e a negação de área foi o *Quadrennial Defense Review de 2001* (*Revista da Armada*, 2014, nº 485, p. 4). Porém, foi no *Center for Strategic and Budgetary Assessments* (CSBA) que a estratégia foi estruturada para conceituar a postura defensiva dissuasória adotada por Estados militarmente inferiores, objetivando dificultar ou tornar custosas as ações ofensivas americanas contra eles. Assim, temos que:

Posteriormente, o *think-tank*¹² norte-americano *Center for Strategic and Budgetary Assessments* (CSBA) aprofundou bastante os conceitos de *Anti-access* e de *Area-Denial* e introduziu os acrônimos A2 e AD num relatório de 2003, intitulado “Meeting the Anti-access and Area Denial Challenge”, da autoria de Andrew F. Krepinevich (presidente do CSBA) e de outros dois analistas (*Revista da Armada*, 2014, nº 485, p. 4).

¹² *Think tank* pode ser definido como uma instituição que se dedica a produzir conhecimento sobre temas políticos, econômicos ou científicos. Fonte: <<https://www.britannica.com>>.

O norte-americano Krepinevich tornou-se membro do *think-tank* CSBA após deixar o exército americano em 1993. Na direção do Centro entre 1995 e 2016 conduziu os estudos sobre os riscos e desafios estratégicos primários para a segurança internacional dos EUA e dos seus aliados, em função dos avanços tecnológicos crescentes de Estados adversários e da evolução do emprego de estratégias de dissuasão e negação de área.

Para Krepinevich (2010), os EUA são uma potência com projeção de poder mundial, que tem seus objetivos de acesso global ameaçados pelo desenvolvimento acelerado de capacidades de negação de acesso por parte de contendores estratégicos, como a China e a Rússia. Desta maneira, Krepinevich (2010) afirma que “se as estratégias de A2 visam impedir a entrada das forças dos EUA em um teatro de operações, então as operações de AD visam impedir sua liberdade de ação na área sob o controle de um inimigo”¹³ (KREPINEVICH; WATTS; WORK, 2003, p. 5, tradução nossa).

O professor e capitão aposentado da marinha dos EUA, Tangredi, aprofundou-se nos estudos das estratégias de A2/AD para encontrar elementos que fossem recorrentes nas campanhas militares do passado. Autor de “Anti-Access Warfare: Countering A2/AD Strategies” ocupa a Cátedra Leidos de Estudos de Guerra Futura no *US Naval War College*.

Após avaliar a Guerra do Peloponeso e confirmar por meio de estudos de outras guerras ocorridas ao longo da história, concluiu que existem cinco elementos que são fatores comuns à construção de estratégias de antiacesso e negação de área, a saber: a percepção da superioridade estratégica da força oponente atacante; a primazia da geografia como elemento que mais influência o tempo e facilita o desgaste do inimigo; o predomínio geral do ambiente marítimo no local do conflito; a criticidade das informações e inteligência e, inversamente, o engano operacional; e, por fim, o impacto de eventos excêntricos ou não relacionados em outros locais (TANGREDI, 2013).

Desta feita, os cinco elementos fundamentais na adoção de uma postura antiacesso devem ser avaliados em conjunto, de acordo com o ambiente estratégico, para auxiliarem na definição das tomadas de decisões, influenciando nos resultados a serem alcançados, a fim de evitar que o atacante posicione uma força superior na região contestada ou impedir que um invasor opere livremente no TOM (TANGREDI, 2013).

¹³ No original: “If A2 strategies aim to prevent US forces entry into a theater of operations, then AD operations aim to prevent their freedom of action in the more narrow confines of the area under an enemy’s direct control”.

Refletindo acerca do primeiro elemento fundamental, estabeleceu-se que a postura antiacesso deve ser adotada quando se existe a percepção que o atacante é estrategicamente superior, caso contrário deve-se economizar meios para serem utilizados em ações ofensivas dentro ou fora do TO. “É essa assimetria percebida na força estratégica que motiva o defensor a focar especificamente seus recursos em negar acesso regional ou de área como seu principal esforço operacional”¹⁴ (TANGREDI, 2013, p. 22, tradução nossa).

Ao analisar o segundo elemento fundamental, apontou-se que a geografia do TO e de suas proximidades devem ser favoráveis a adoção de táticas antiacesso. Terrenos montanhosos, passagens estreitas, istmos ou estreitos, feições litorâneas como ilhas, baías, águas rasas e diferenças climáticas são fatores geográficos que podem ser utilizados para fortalecerem as capacidades defensivas (TANGREDI, 2013).

No terceiro elemento descrito, foi destacada a importância vital do mar no contexto de uma operação militar, por servir inevitavelmente como meio de locomoção para uma força atacante. “A capacidade de utilizar regiões marítimas é, portanto, a vantagem mais significativa que uma força de ataque inter-regional pode possuir e, por outro lado, a capacidade de negar o uso de regiões marítimas por um invasor é um fator dominante no sucesso de qualquer campanha antiacesso”¹⁵ (TANGREDI, 2013, p. 26, tradução nossa).

No quarto elemento estudado, evidenciou-se a relevância das atividades de inteligência e controle das informações para o avanço da colaboração conjunta, da doutrina e dos recursos tecnológicos empregados em atividades cibernéticas. Assim, a força defensiva deveria procurar negar as informações ao inimigo e tentar ludibriá-lo (TANGREDI, 2013).

Finalizando a análise dos elementos fundamentais, verificou-se que os defensores lidaram com os fatores extrínsecos aos combates utilizando-se de todos os meios disponíveis em seu favor, inclusive econômicos, diplomáticos e informacionais. Neste sentido, afirma que as estratégias de A2 devem ser adotadas em situações de assimetria de poderio militar, mas ressalta que eventos externos podem equiparar o poder militar (TANGREDI, 2013).

Erdogan (2018) postula que o emprego A2/AD tornou-se uma ameaça potencial, limitando a liberdade de movimento dos atacantes no entorno estratégico daqueles que as

¹⁴ No original: “It is this perceived asymmetry in strategic force that motivates the defender to specifically focus its resources on denying regional or area access as its primary operational effort.”

¹⁵ No original: “The ability to utilize maritime regions is therefore the most significant advantage that an interregional attacking force can possess, and conversely the ability to deny an attacker’s use of maritime regions is a dominant factor in the success of any anti-access campaign”.

empregam. No mesmo sentido temos que “a estratégia de dissuasão pela negação funciona através da imposição de custos à ação adversária, fazendo com que esses custos superem os benefícios do ato de força” (MEARSHEIMER, 1983 apud TEIXEIRA JÚNIOR, 2020, p.12).

Em última análise, cabe ressaltar que:

O termo “antiacesso/negação de área” não existe em conceitos ou doutrinas de planejamento militar russos, exceto ao discutir capacidades. (...) Em vez de um conceito limitado de exclusão usando recursos de A2/AD estrategicamente, o planejamento militar russo considera as operações militares como uma abordagem holística que integra ativos. Nesse contexto, a capacidade de interdição representa um componente, entre uma ampla gama, que compõem uma operação de combate conjunta. Assim, A2/AD é não é um fim em si mesmo, mas sim um facilitador para ação adicional¹⁶ (GILES, BOULEGUE, 2019, p. 23, tradução nossa).

2.4 Conclusões parciais

Neste capítulo verificamos que os conceitos de A2/AD não são recentes, tendo sido aplicados em outros momentos da história com os elementos disponíveis à época. Vimos também que os pilares teóricos da estratégia foram estabelecidos por grandes estudiosos das táticas navais, na segunda metade do século XIX e início do XX, sendo os pensamentos de Corbett os que mais contribuíram para concepção atual das estratégias de A2/AD.

Constatamos que a concepção de estratégia de A2/AD foi criada nos EUA para descrever procedimentos defensivos adotados pelos adversários norte-americanos (**FIG. 2**). Ainda nesta direção, Tangredi apontou cinco elementos fundamentais que são observados recorrentemente nas estratégias de A2/AD. Desta maneira, restou evidente que o A2/AD, em sua concepção contemporânea, é uma teoria estadunidense que não reflete o pensamento estratégico de todos os Estados, principalmente os não alinhados aos EUA.

Analisaremos no próximo capítulo os documentos de alto nível da Rússia ESN-2021, DM-2022 e PN-2017, identificando os pontos de aderência à estratégia de A2/AD. Abordaremos também as alterações ocorridas na DM-2022 em relação à DM-2001 com a finalidade de verificarmos como os conceitos de A2/AD estão sendo empregados pela Rússia.

¹⁶ No original: “The term “anti-access/area denial” does not exist in Russian military planning concepts or doctrine, except when discussing Western capabilities.(...). Instead of a limited concept of exclusion using A2/AD capabilities strategically, Russian military planning considers military operations as a holistic approach that integrates assets. In this context, interdiction capabilities represent one component among a broad and coordinated range of others that make up a joint combat operation.3 Thus, A2/AD is not an end in itself but rather an enabler for additional action.”

3 O PENSAMENTO ESTRATÉGICO RUSSO

Neste capítulo analisaremos os documentos estratégicos russos ESN-2021, DM-2022 e PN-2017 abordando os aspectos afetos a defesa nacional, que possuem aderência à estratégia de A2/AD, com ênfase no emprego militar naval. A DM-2022 substituiu a DM-2015, que era uma atualização da DM-2001, adequando a marinha russa à realidade das principais ameaças à defesa, vislumbradas na ESN-2021.

Primeiramente, identificaremos, na ESN-2021, os elementos que poderiam balizar o emprego da estratégia de A2/AD, na elaboração da DM-2022. Em seguida, faremos a análise da DM-2022 a fim de verificar sua evolução em relação à DM-2001, bem como se há evidências da adoção conceitos típicos de A2/AD. Finalizando o capítulo, examinaremos a PN-2017, que tem a finalidade de aplicar a DM.

3.1 A Estratégia da Segurança Nacional da Federação Russa (ESN-2021)

A ESN-2021 é o documento de planejamento de longo prazo que estabelece os interesses nacionais, as prioridades estratégicas, as metas e objetivos da política federal, dentre outros aspectos, com intuito de garantir a segurança nacional e o desenvolvimento socioeconômico sustentável da Rússia, sendo fatores interdependentes e indissociáveis (RÚSSIA, 2021). É um documento orientador para o processo de planejamento da política de segurança e reflete a posição do Estado em várias questões, segundo Bilanishvili (2021).

No primeiro capítulo da ESN-2021, “Disposições Gerais”, são estabelecidos os embasamentos legais, os documentos de referência, a finalidade e os conceitos básicos utilizados em sua elaboração. Dentre os conceitos básicos destacamos a Segurança Nacional da Federação Russa (SNFR), que expressa a proteção dos interesses nacionais contra ameaças externas e internas, a manutenção da soberania e a garantia da integridade e independência. Para implementação prática desses conceitos poderão ser utilizadas a força militar e a cooperação entre os entes federativos e segmentos da sociedade (RÚSSIA, 2021).

Em seguida, no capítulo II, são identificadas as tendências e oportunidades, internas e externas, que deverão ser exploradas em favor da Rússia, levando-se em consideração a construção de uma Nova Ordem Mundial (NOM), assim como as ameaças e desafios a serem suplantados para se atingir níveis elevados de crescimento e satisfação social (RÚSSIA, 2021).

Neste contexto, a ESN-2021 relaciona as oportunidades a serem exploradas nos campos interno e externo. Como uma oportunidade interna de melhoria, destacamos o trabalho contínuo para redução das dependências de importações em setores-chave da economia em face das sanções aplicadas à Rússia. Outro ponto relevante é a implementação de medidas abrangentes para superar as tendências demográficas negativas (RÚSSIA, 2021).

Já no campo das oportunidades externas, a ESN-2021 salienta a necessidade de aumentar a estabilidade do sistema de Relações Internacionais (RI), baseando-se no Direito Internacional (DI), aprofundando as cooperações multilaterais e as abordagens coletivas para resolução de problemas, sob a coordenação da ONU e seu CS. Além desses fatores, o documento destaca a importância da Federação russa para o mundo a devido à alta qualificação dos seus recursos humanos, sua grande capacidade de produzir inovações tecnológicas, e a adequação da sua economia às novas tecnologias (RÚSSIA, 2021).

Referente às ameaças e desafios, são abordadas as interferências negativas externas em diversos campos. No campo econômico, são destacadas as pressões para restringir o acesso de empresas russas aos mercados externos, exemplificadas na tentativa de impedir o controle sobre a Rota Marítima do Norte¹⁷ (RMN). A ESN-2021 destaca ainda: a diminuição da estabilidade do sistema monetário e financeiro global; a intensificação da luta pelo acesso a mercados e recursos; o uso de ferramentas de concorrência desleal; e as medidas e sanções protecionistas aplicadas à Rússia nas esferas financeira e comercial (RÚSSIA, 2021).

Ainda na seara das ameaças e desafios, com foco nos campos ideológico, cultural e religioso, a ESN-2021 faz referência a tentativa de vilipendiar os valores tradicionais russos, incentivando o fascismo, incitando o preconceito étnico e os conflitos religiosos. Ressalta também, a distorção intencional dos acontecimentos históricos mundiais, a fim de modificar o papel e o lugar da Rússia neles (RÚSSIA, 2021).

Outrossim, o documento reconhece outras ameaças potenciais ao Estado, a saber: o enfraquecimento da influência das instituições internacionais e uma diminuição da eficiência dos sistemas de segurança global; o desmantelamento sistemático de tratados e acordos no campo do controle de armas; a exploração do espaço sideral e cibernético como novas áreas de operações militares; o aumento do tráfico de drogas, crime organizado e terrorismo; e o desejo das corporações transnacionais de limitarem o papel dos Estados (RÚSSIA, 2021).

¹⁷ A Rota Marítima do Norte é uma via marítima que permite ligar o oceano Atlântico ao oceano Pacífico ao longo da costa norte da Sibéria.

Após a definição das tendências, oportunidades e ameaças o documento trata, em seu terceiro capítulo, dos interesses nacionais da Rússia. Levando-se em consideração as tendências de longo prazo e visando o fortalecimento da defesa do Estado, prioriza como interesses nacionais estratégicos a proteção da ordem constitucional, da soberania, da independência, bem como a preservação da integridade do Estado russo (RÚSSIA, 2021).

No capítulo IV é abordada a garantia da segurança, que deverá ser alcançada pelo cumprimento das tarefas previstas no campo das prioridades estratégicas nacionais. Dentre as tarefas prioritárias previstas está a defesa nacional, onde é reafirmada a ideia de que se encontra em curso formação de uma NOM, na qual as Nações possuem interesses conflitantes. Desta forma, a existência de uma capacidade militar considerável é uma ferramenta essencial para se alcançar os objetivos geopolíticos dos Estados (RÚSSIA, 2021).

Corroborando essa tese, são citadas as tentativas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) de pressionar a Rússia com a implantação de infraestruturas militares próximas das suas fronteiras e mísseis de curto e médio alcance na Europa e na região da Ásia-Pacífico, a intensificação das atividades de inteligência e a realização de grandes exercícios militares conjuntos no entorno estratégico russo (RÚSSIA, 2021).

Para combater tais ameaças verificamos as seguintes medidas: implementação de melhorias no sistema de planejamento militar; o desenvolvimento de ações diplomáticas, políticas, militares, econômicas e informacionais para impedir o uso de força militar contra a Federação russa; a manutenção de um nível suficiente de poderio de dissuasão nuclear; a busca da independência tecnológica militar-industrial; e o desenvolvimento e produção de novos armamentos, equipamentos e sistemas avançados de defesa (RÚSSIA, 2021).

Em outra tarefa prioritária prevista, a segurança pública, o documento destaca: a atuação de organizações terroristas e extremistas, nacionais e internacionais, estimulando processos sociais negativos; os conflitos interétnicos e interconfessionais¹⁸; o recrutamento de jovens para consecução de ilícitos; a manipulação das informações; e a utilização das dificuldades socioeconômicas objetivando desagregar a sociedade. Ademais, frisa que para a garantia da segurança estatal é imprescindível a proteção das fronteiras, do Mar Territorial (MT), da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e da Plataforma Continental (PC) (RÚSSIA, 2021).

¹⁸ Conflito interconfessional é o mesmo que conflito entre religiões (DICIO, dicionário on line de português).

Já quanto aos aspectos relacionados à tarefa prioritária de segurança das informações, o documento aponta o crescimento do uso de tecnologias de informação e de comunicação para realização de ataques, visando interferir nos assuntos internos, comprometer a soberania e violar a integridade territorial do Estado. Como maneira de combater tais ameaças, é defendido o fortalecimento da segurança das informações tanto das Forças Armadas (FA), quanto dos desenvolvedores e fabricantes de armas e equipamentos militares (RÚSSIA, 2021).

Podemos constatar também, a preocupação com o desenvolvimento científico e tecnológico dos meios militares quando é enfatizado que o surgimento de novas tecnologias estaria contribuindo para a criação de modelos de armas, equipamentos militares especiais e sistemas de segurança com características antes inatingíveis. Nesta mesma direção, tem-se que a disputa de poder entre os Estados está sendo expandida para novos domínios, como o cibernético e o espacial (RÚSSIA, 2021).

Por fim, na tarefa prioritária referente a estabilidade estratégica e cooperação internacional mútua, a Rússia declara lícitas as adoções de medidas simétricas e assimétricas, necessárias para impedir atos hostis. Classificados como atos hostis estão a ameaça à soberania e integridade territorial, incluindo aquelas relacionadas à aplicação de medidas restritivas (sanções) de natureza política ou econômica, e o uso de meios modernos de informação e de comunicação contra o Estado (RÚSSIA, 2021).

3.2 A Doutrina Marítima da Federação Russa de 2022 (DM-2022)

A DM-2022 é classificada, em seu primeiro capítulo, como um documento de planejamento estratégico, que reflete o conjunto de visões oficiais sobre a Política Marítima Nacional (PMN)¹⁹ e Atividades Marítimas (AM)²⁰, tendo como um dos seus objetivos concretizar e desenvolver os principais dispositivos da ESN-2021. Ainda neste capítulo, são estabelecidos os embasamentos legais, os documentos de referência e alguns conceitos básicos que foram utilizados em sua elaboração.

¹⁹ Política Marítima Nacional é a formulação pelo Estado e pela Sociedade dos objetivos, princípios, diretrizes, missões e métodos de garantia dos interesses nacionais da Federação da Rússia no Oceano Mundial, bem como as atividades práticas de sua implementação (Rússia, 2022).

²⁰ Atividades Marítimas (AM) são atividades de investigação, exploração, aproveitamento, proteção e preservação de recursos e extensões do Oceano Mundial nos interesses do desenvolvimento socioeconômico sustentável da Federação Russa e de garantia da sua segurança nacional (Rússia, 2022).

No segundo capítulo da DM-2022 são verificadas as primeiras alterações significativas em relação à DM-2001. Logo no seu título é acrescida a expressão “Desafios e Ameaças à Segurança Nacional” e são separados os “Objetivos”, agora classificados como “Estratégicos”, e os “Princípios”. Os citados “Objetivos Estratégicos e Princípios” passaram a compor o capítulo III, tendo sido acrescentadas algumas atividades não existentes na DM-2001, fruto da evolução da doutrina e do panorama geopolítico atual.

Ao analisarmos os dois documentos constatamos a manutenção dos seguintes interesses da Rússia no Oceano Mundial (OM): a independência; a integridade territorial; a soberania sobre às águas interiores e MT, no seu fundo e subsolo, bem como no espaço aéreo sobrejacente; a garantia dos direitos soberanos na ZEE e PC; a liberdade de navegação, de sobrevoo, de pesca e de pesquisa científica no alto mar; o direito de instalar cabos e dutos submarinos; o direito de prospecção e exploração de recursos minerais da área internacional do fundo do mar; e o funcionamento estável e contínuo das LCM vitais para a economia russa (RÚSSIA, 2001 e 2022).

Na sequência, verificamos um incremento dos interesses nacionais declarados pela DM-2022, demonstrando a ampliação da visão estratégica russa nas últimas duas décadas. Neste sentido, temos os seguintes novos interesses: a preservação do *status* de grande potência marítima; o desenvolvimento da Zona Ártica da Federação, na qualidade de fonte estratégica de recursos; o desenvolvimento da RMN; e a divisão do OM em três áreas de interesse, segundo sua importância estratégica (RÚSSIA, 2022).

Enquadradas como áreas de interesse de vital importância, cuja perda do controle comprometem a segurança nacional e a existência do Estado, são relacionados: as águas interiores; o MT, bem como o seu fundo, subsolo e espaço aéreo sobrejacente; a ZEE, incluindo a parcela da PC além do limite de 200 milhas; a bacia do Ártico adjacente à costa da Rússia, incluindo a área da RMN; a área do Mar de Okhotsk; e o setor russo do Mar Cáspio (RÚSSIA, 2022).

Já entre as áreas classificadas como importantes, cujo comprometimento afetam, em grande medida, o desenvolvimento econômico, são mencionadas as seguintes regiões: as áreas do OM adjacentes ao litoral, incluindo os Mares Azov e Negro; a parte oriental do Mediterrâneo; os estreitos do Mar Negro, do Báltico e de Curilas; e as áreas por onde passam as LCM, incluindo as costas asiática e africana. Os locais não abrangidos pelas duas classificações anteriores são denominados como outras áreas de interesse (RÚSSIA, 2022).

Encerrando o capítulo, a DM-2022 descreve os desafios e ameaças à segurança do Estado devido à posição geopolítica da Rússia e seu papel no cenário mundial. Tais aspectos não eram conjecturados na DM-2001, o que demonstra a evolução no nível de importância do Estado no contexto global, na visão da formação de uma NOM multicêntrica em curso, conforme descrito na DM-2022.

Neste sentido, são citadas como principais desafios e ameaças à segurança do Estado os seguintes aspectos: o desejo dos EUA e de seus aliados de limitarem o acesso da Rússia aos recursos do OM e às LCM vitais; as reivindicações por territórios costeiros e insulares pertencentes a Rússia; o aumento dos exercícios militares da OTAN em águas adjacentes à Rússia; o desejo dos EUA de alcançarem uma superioridade naval esmagadora; o aumento das pressões econômicas, políticas, jurídicas e informacionais sobre as AM; a presença naval estrangeira no Ártico enfraquecendo o controle russo da RMN; e o aumento do terrorismo internacional, da pirataria, do tráfico de armas e de entorpecentes (RÚSSIA, 2022).

No capítulo III, a DM-2022 tem uma abordagem diferente da versão de 2001 quanto aos objetivos. Na DM-2001 os “Objetivos da PMN” se constituíam meramente em ações para concretização dos “Interesses Nacionais da Federação Russa”. Sob o novo enfoque estratégico, a DM-2022 apresenta os seguintes objetivos: aumentar as capacidades de combate da marinha russa para garantir a proteção dos interesses nacionais no OM; a manutenção da capacidade de dissuasão estratégica²¹ e convencional no OM visando a prevenção de agressões oriundas de potenciais adversários; e a proteção da soberania do Estado na PC, garantindo à exploração de seus recursos naturais (RÚSSIA, 2022).

Concluindo o capítulo, o documento enumera como princípios da PMN os seguintes aspectos: a necessidade de uma reação proporcional e rápida às ameaças e desafios à segurança nacional, se utilizando de uma combinação eficaz de medidas militares e não militares; a priorização de métodos e meios político-diplomáticos, jurídicos, econômicos, informacionais e outros não militares para garantir e proteger os interesses nacionais no OM; o emprego eficaz do poder naval; e a cobertura pela mídia dos interesses nacionais da Rússia no OM, explicando os alvos e objetivos da PMN (RÚSSIA, 2022).

No capítulo IV, intitulado “As Prioridades do Desenvolvimento das Atividades Marítimas por Áreas Funcionais”, a DM-2022 relaciona as áreas funcionais que, na DM-2001,

²¹ A expressão “dissuasão estratégica” foi empregada nos documentos russos em substituição a “dissuasão nuclear”, normalmente empregado nos documentos ocidentais.

eram listadas no capítulo III, “O Conteúdo da PMN”. Visto isso, destacamos que o documento atribui à área funcional denominada atividade naval as ações do Estado para a prevenção da agressão contra a Federação russa, devendo ser realizadas conforme previsto na PN, onde estas ações são listadas (RÚSSIA, 2022).

O título V da DM-2022, “Direções Regionais da Política Marítima Nacional”, descreve as regiões mundiais da maior importância, a saber: região do Ártico, do Atlântico (incluindo os Mares Báltico, de Azov, Negro e Mediterrâneo), do Pacífico, do Mar Cáspio, do Oceano Índico e do Oceano Antártico (RÚSSIA, 2022). Cabe registrar a importância crescente do Oceano Antártico para a Rússia, por ser relacionado como região mundial de maior importância, fato que não ocorria na DM-2001.

A Direção Regional do Ártico tem como prioridades as seguintes ações: a redução do nível de ameaças visando a garantia da estabilidade estratégica na região; o aumento do potencial de combate das Esquadras do Norte e do Pacífico, aliado ao desenvolvimento do sistema de bases da Esquadra do Norte, para assegurar o regime operacional na região; e o controle das atividades navais de Estados estrangeiros nas águas da RMN (RÚSSIA, 2022).

A PMN, na Direção Regional do Atlântico, é definida levando-se em consideração a existência da OTAN e a inaceitabilidade dos planos de expansão da infraestrutura militar da Aliança em direção às fronteiras russas. Fazem parte dessa Direção o Oceano Atlântico e os Mares Báltico, de Azov, Negro e Mediterrâneo (RÚSSIA, 2022). Os espaços marítimos prioritários para a Marinha da Rússia são o Atlântico Norte e o Ártico, devido à crescente possibilidade de se utilizar a RMN para conectar o Atlântico ao Pacífico, utilizando apenas suas águas territoriais securitizadas, segundo Vicentini (2021).

Desta maneira, destacamos as seguintes prioridades para Direção do Atlântico: o desenvolvimento do sistema de bases da Esquadra do Báltico; o aumento da infraestrutura na Crimeia e no litoral de Krasnodar para viabilizar o reforço da Esquadra do Mar Negro; o desenvolvimento das Indústrias de Construção Naval (ICN) para produção de grandes embarcações, aproveitando estaleiros da cidade de Sebastopol, na Crimeia; a presença naval permanente no Mediterrâneo utilizando o porto de apoio logístico da República Árabe da Síria; e a criação de portos de apoio logístico em outros Estados da região (RÚSSIA, 2022).

Já a Direção Regional do Pacífico prioriza o seguinte: o desenvolvimento de ICN de alta tecnologia para a produção de navios de grande porte, como Navio Aeródromo (NAe), e navios diversos para a exploração do Ártico; o desenvolvimento do sistema de bases da

Esquadra do Pacífico, criando condições para a manutenção da presença naval e o monitoramento efetivo das LCM locais; e a instalação de portos de apoio logístico na região Ásia-Pacífico, a fim de criar condições para as viagens da marinha russa (RÚSSIA, 2022).

Nas Direções Regionais do Mar Cáspio, do Oceano Índico e da Antártica evidenciamos como prioridades: o desenvolvimento do sistema de bases da Flotilha do Mar Cáspio; o desenvolvimento da parceria e cooperação naval com a República da Índia, bem como maior interação com as Repúblicas Islâmicas do Irã, do Iraque e com o Reino da Arábia Saudita, além de outros estados da Península Arábica; a manutenção da presença naval na área do Golfo Pérsico utilizando portos de apoio logístico no Mar Vermelho e no Oceano Índico; e a manutenção da paz e estabilidade na Antártica, impedindo sua militarização (RÚSSIA, 2022).

Nos capítulos VI, VII, VIII e IX, a DM-2022 expande diversos assuntos condensados no capítulo IV da DM-2001, “A Implementação da PMN”, além de acrescentar temas não contemplados pela DM-2001. Neste sentido, houve um significativo aumento dos assuntos abordados na DM atual, tornando o documento mais robusto que o publicado em 2001, tanto em tamanho, quanto em conteúdo.

Seguindo o estudo da DM-2022, temos no capítulo VI, “Garantia das AM”, a inclusão de três itens relevantes para elaboração desta dissertação, sendo eles: quadros de pessoal, formação e educação na área de AM; apoio jurídico internacional às AM e cooperação internacional na área das AM; e construção naval (RÚSSIA, 2022).

No que diz respeito ao subtítulo “quadros de pessoal, formação e educação na área de AM” identificamos como prioridades: a preservação e fortalecimento das tradições da Marinha da Rússia; o desenvolvimento de uma rede de escolas, classes e clubes de jovens marinheiros; e a criação de condições para a implementação efetiva do potencial intelectual, científico e prático dos veteranos da marinha russa, em prol da transmissão de conhecimentos e experiências aos militares russos da ativa (RÚSSIA, 2022).

Já em relação ao subtítulo “apoio jurídico internacional às AM e cooperação internacional na área das AM”, destacamos a ênfase na realização de exercícios conjuntos da Marinha da Rússia com as forças navais de outros Estados, e a expansão das visitas anuais, oficiais ou não oficiais, de navios e embarcações a portos estrangeiros (RÚSSIA, 2022).

Na parte da “construção naval” evidenciamos como prioridades: o desenvolvimento e a construção de navios de guerra e auxiliares com materiais nacionais, preferencialmente nos estaleiros russos; a garantia da independência tecnológica nas ICN; a manutenção do

controle Estatal dos estaleiros estratégicos; a garantia dos meios para as ICN desenvolverem e construir NAe modernos; e a manutenção da liderança mundial na construção e operação de navios quebra-gelos nucleares (RÚSSIA, 2022).

Por fim, no capítulo VII, “Preparação, Mobilização e Prontidão na Área da AM”, destacamos a importância estratégica da preparação e prontidão para mobilização no aumento do potencial naval, garantindo a incorporação de navios e tripulações civis preparadas, bem como o adestramento das entidades ligadas as AM para emprego em tempos de guerra. Tem-se ainda, a necessidade do aperfeiçoamento dos procedimentos de entrega de navios civis mobilizados (RÚSSIA, 2022).

3.3 Os Fundamentos da Política Estatal da Federação Russa na Área da Atividade Naval para o período até 2030 (Política Naval)

A PN-2017 apresenta, em suas “Disposições Gerais”, os objetivos, o arcabouço jurídico que a embasa, os documentos utilizados na sua formulação e a definição da atividade naval²² a ser realizada pela marinha e os órgãos integrantes do Serviço Federal de Segurança (FSB)²³. Ainda neste tópico, a finalidade da marinha é descrita como sendo a garantia e a proteção dos interesses da Rússia e de seus aliados no OM, com emprego de métodos militares, criando e mantendo as condições para a proteção da fronteira no ambiente subaquático e a defesa contra ações subversivas e antissubmarinas (RÚSSIA, 2017).

Passando ao capítulo II, que versa sobre os perigos e ameaças militares à SNFR, verificamos a preocupação devido ao aumento da concorrência pelos acessos aos recursos naturais do OM e a crescente disputa pelo controle das LCM estratégicas. Soma-se a essa preocupação, o receio da expansão de potências navais em direção às águas adjacentes à Rússia, com a implementação de sistemas de bases de apoio, desdobramento de sistemas navais convencionais de alta precisão, e implantação de defesas antimíssil (RÚSSIA, 2017).

²² Segundo a PN-2017 a atividade naval é a parte da atividade militar, realizada no OM, com o objetivo de inibir agressões à Federação russa e implementar os interesses nacionais, sendo considerada uma das prioridades do Estado para o desenvolvimento e manutenção da segurança nacional (RÚSSIA, 2017).

²³ O Serviço Russo de Segurança Interna e Contraespionagem ou Serviço Federal de Segurança (FSB – do original em russo, *Federalnaya Sluzhba Bezopasnosti*) foi criado em 1994 como uma das agências sucessoras da KGB da era soviética. É responsável pela contra-espionagem, antiterrorismo e vigilância das forças armadas. Fonte: <<https://www.britannica.com>>.

Neste sentido, são listadas as seguintes ameaças à SNFR: a intenção dos EUA e seus aliados de dominarem todo o OM, incluindo o Ártico, alcançando uma superioridade naval esmagadora; as reivindicações por territórios costeiros e insulares pertencentes a Rússia; a proliferação de armas de destruição em massa e de tecnologias de mísseis; o aumento das pressões sobre as AM para diminuir o controle sobre a RMN; e a intensificação da disputa por hidrocarbonetos do Oriente Médio, Ártico e Mar Cáspio (RÚSSIA, 2017).

No terceiro título da PN-2017 são abordados os objetivos, as missões e as prioridades na área da atividade naval. Dentre os principais “objetivos”, destacamos a necessidade da manutenção de um poderio naval que assegure uma capacidade de dissuasão à possível agressão por via marítima, bem como a capacidade de causar danos inaceitáveis a uma força atacante inimiga (RÚSSIA, 2017).

As “missões” para área de atividade naval, afetas à defesa nacional são as seguintes: a implementação de medidas políticas, diplomáticas, jurídicas, militares, econômicas, informativas, visando prevenir e reduzir as ameaças de agressão à Rússia no OM; garantir o controle e funcionamento de LCM; aumentar a eficiência da defesa das fronteiras marítimas, inclusive subaquáticas, garantindo a soberania na ZEE e PC.

Ainda afetas à defesa nacional temos: a necessidade de fomentar o desenvolvimento tecnológico das ICN e de armamentos, integrantes da Base Industrial de Defesa (BID); aperfeiçoamento das bases de apoio logístico; o aprimoramento do emprego conjunto das Forças Singulares (FS); e a divulgação na mídia das atividades navais, incluindo a presença nas áreas de importância estratégica do OM e visitas a portos estrangeiros (Rússia, 2017).

Seguindo a análise das “missões” da área de atividade naval, quanto aos aspectos referentes à segurança do estado, podemos destacar necessidade de garantir a segurança das fronteiras marítimas por meio do desdobramento de sistemas multifuncionais de alta tecnologia, melhorando a interação interdepartamental e interestatal. Ressaltamos ainda, o carência da manutenção do regime jurídico vigente que estabeleceu, por tratado internacional, as fronteiras dos MT, ZEE e PC, nos mares Cáspio e de Azov (RÚSSIA, 2017).

Quanto as “missões” da área atividades navais, atinentes ao campo econômico, são evidenciadas as seguintes prioridades: conclusão da transição definitiva do ciclo de desenvolvimento e produção de componentes críticos de materiais bélicos para a BID russa, contribuindo para o desenvolvimento das ICN; e criação de infraestruturas e bases de uso dual, em regiões remotas do Ártico e Extremo Oriente da Federação (RÚSSIA, 2017).

Finalizando as “missões” da área de atividades navais temos, no campo da estabilidade estratégica, a demanda pelo desenvolvimento de bases logísticas fora da Federação, a disposição para o cumprimento dos tratados internacionais referentes a limitação e redução de armas estratégicas, e a participação da Rússia na elaboração e celebração de novos acordos nesta área de interesse (RÚSSIA, 2017).

Entrando na seara das “prioridades” da área de atividades navais, destacamos a necessidade da manutenção de capacidades elevadas de combate, incluindo as de destruição de alvos terrestres de um inimigo, com armamentos convencionais ou nucleares, e o firme propósito de não permitir superioridade excessiva da marinha norte-americana, por meio do desenvolvimento equilibrado da Marinha da Rússia (RÚSSIA, 2017).

O papel da marinha como um instrumento de dissuasão estratégica convencional ou nuclear é abordado no capítulo IV, onde o conceito americano de “Ataque Global Imediato”²⁴, é citado como a maior ameaça à SNFR. Neste contexto, o documento afirma que uma parcela importante da implementação deste conceito é dada às forças navais, pois são capazes de mudar o curso de uma luta armada e o resultado da guerra (RÚSSIA, 2017).

Ainda neste sentido, a PN-2017 assevera que um papel importante no cumprimento das missões de dissuasão estratégica pertence às forças navais convencionais, devido à possibilidade do emprego de armamentos de alta precisão que permitirão a dissuasão de operações militares de larga escala contra o Estado russo (RÚSSIA, 2017).

Em seguida, são apresentadas as missões da atividade naval para a prevenção de conflitos militares e para a dissuasão estratégica, sendo elas as seguintes: a avaliação contínua da situação político-militar global e regional, no OM; a realização de manobras entre os TOM, bem como de viagens sub glaciais regulares de submarinos nucleares; o aumento de capacidades operacionais da Esquadra do Mar Negro, situada na Criméia; e a garantia da presença naval permanente no Mar Mediterrâneo (RÚSSIA, 2017).

O título V discorre sobre exigências estratégicas, missões e prioridades para o desenvolvimento da marina, afirmando que não serão admitidas a superioridades significativas de qualquer força naval, a qual deverá consolidar o segundo lugar mundial em termos das capacidades de combate. Assim, deverão ser atender às demandas estratégicas em tempo de paz, sob ameaça de agressão, bem como em tempo de guerra (RÚSSIA, 2017).

²⁴ O conceito de “Ataque Global Imediato” prevê a capacidade de atacar alvos em qualquer lugar da terra em até uma hora, com armas convencionais, sem depender de bases avançadas. (WOOLF, 2016).

Em tempo de paz, as principais demandas estratégicas são: a dissuasão de possíveis agressões provenientes dos mares e oceanos; a unificação dos circuitos de comando dos sistemas de armas de navios de superfície, submarinos, aeronaves militares e de sistemas de defesa de costa; e a adequação da composição da marinha russa às capacidades econômicas e técnico-militares da BID da Federação russa (RÚSSIA, 2017).

Já em tempo de guerra, verificamos as seguintes demandas estratégicas: a manutenção da capacidade de causar danos inaceitáveis ao inimigo, objetivando impor a cessação de ações militares; o incremento das capacidades defensivas antimíssil, antiaérea, antissubmarino e antiminas; garantir a viabilidade tecnológica para assegurar o combate bem-sucedido contra um inimigo detentor de armas de alta precisão (RÚSSIA, 2017).

Quanto as missões atinentes ao desenvolvimento da marinha russa, contidas no título V, o documento enfatiza a necessidade da manutenção, em um nível elevado, do potencial combatente das forças estratégicas nucleares e a construção de uma imagem positiva das forças navais convencionais modernizadas, dotadas de equipamentos, sensores e armamentos tecnologicamente avançados (RÚSSIA, 2017).

Finalizando o capítulo temos como prioridade para o médio e longo prazo a estruturação de esquadras poderosas e equilibradas, desdobradas em todas as Direções Estratégicas, até o ano de 2030. Para atingir este propósito, as Direções deverão ser dotadas de navios, aeronaves e tropas de defesa costeira equipadas com armas de alta precisão, apropriadas para o cumprimento de missões tanto na ZEE, quanto no OM (RÚSSIA, 2017).

Continuando no campo das prioridades de médio e longo prazo, referentes a dissuasão estratégica, destacamos a necessidade de aperfeiçoamento e manutenção das forças navais de submarinos nucleares estratégicos, bem como à construção de novos submarinos nucleares e a modernização dos existentes. Quanto a dissuasão convencional, constatamos os seguintes objetivos: o incremento das forças de submarinos não nucleares para a dissuasão convencional; o aumento da capacidade de combate de superfície com a construção de navios multifuncionais, aeronaves navais e WIG²⁵; e o desenvolvimento de armas e materiais bélicos especiais para equipar as tropas costeiras (RÚSSIA, 2017).

Neste contexto, a PN-2017 cita medidas a serem adotadas para o fortalecimento do poder de combate das forças navais e afirma que as Forças de Superfície, de Submarinos e as

²⁵ Aeronaves Wing-In-Ground (WIG) ou Asa em efeito solo voam a baixa altitude, podendo locomover-se a poucos metros da superfície do mar. Atualmente, sua exploração para o emprego militar vem aumentando.

Tropas Costeiras possuirão mísseis de cruzeiro de alta precisão, até o ano de 2025, sendo estes os principais armamentos a serem empregados (RÚSSIA, 2017).

Ademais, as forças e tropas começarão a receber mísseis hipersônicos, robôs e sistemas submarinos autônomos, após o ano de 2025. Complementando o ciclo de modernização previsto, o documento cita o planejamento para a construção de NAe, de navios de superfície, submarinos e a implantação de sistemas robóticos marítimos, para o cumprimento de missões de combate e de apoio (RÚSSIA, 2017).

O capítulo VI discorre acerca dos mecanismos para execução da política estatal na área da atividade naval destacando a implementação dos programas estatais de armamentos, de construção naval e de encomendas de defesa para um período planejado, bem como a necessidade do aperfeiçoamento do DI favorável à proteção dos interesses do Estado russo (RÚSSIA, 2017).

Ainda no capítulo VI, são definidos os indicadores do estado da SNFR, a saber: a composição e o estado dos meios navais; a capacidade de garantir a segurança militar da Federação russa nas áreas marítimas e oceânicas; a capacidade de causar danos à marinha inimiga em um nível, no mínimo crítico, com o emprego de armas nucleares táticas; e a capacidade de empregar armas nucleares estratégicas, em qualquer situação (RÚSSIA, 2017).

Finalizando, a PN-2017 conclui que “as tendências no desenvolvimento da atual situação geopolítica mundial confirmam, de forma convincente, que apenas a presença de uma marinha forte fornecerá à Federação russa uma posição de liderança em um mundo multipolar, no século XXI²⁶” (RÚSSIA, 2017, p. 33, tradução nossa).

3.4 Conclusões parciais

No capítulo III verificamos que a DM-2022 apresentou inovações em relação à DM-2001, expandindo a doutrina para outras áreas de interesse da PMN. As duas décadas que separam as publicações destes documentos proporcionaram o aumento significativo das atividades e assuntos abordados na DM-2022, fruto dos avanços tecnológicos, alterações geopolíticas e mudanças de rumo na política interna da Rússia, no período pós URSS.

²⁶ No original: “Тенденции развития современной геополитической обстановки в мире убедительно подтверждают, что только наличие сильного Военно-Морского Флота обеспечит Российской Федерации лидирующие позиции в многополярном мире в XXI веке”.

O Estado russo, que disputava a liderança mundial com os EUA nos tempos da Guerra Fria, quando integrava a URSS, adotou uma postura mais defensiva após a dissolução do bloco soviético, refletindo nas suas ESN e DM. Constatamos nos documentos analisados que o sentimento de ameaça constante, representado pela expansão da OTAN e dos EUA, passaram a nortear, em grande medida, as políticas adotadas pela Federação russa.

As preocupações com o cerco estratégico realizado pela OTAN e a percepção de vulnerabilidade fronteiriça, existente desde à época dos poderosos Império Russo e URSS, foram agravadas com a integração de alguns dos Estados do extinto Pacto de Varsóvia²⁷ e da maior parte das ex-repúblicas soviéticas ao bloco militar ocidental.

Desta maneira, ficou evidenciado que devido à ameaça de perda de soberania, da unidade nacional ou da própria existência, a Rússia assumiu a posição de segunda potência bélica mundial, ampliando os métodos de dissuasão estratégica convencional (não nuclear) para sua defesa, aliados à capacidade de dissuasão estratégica nuclear.

Neste sentido, o emprego da estratégia de A2/AD ficou evidenciado com a adoção das seguintes políticas: incentivo à criação de novas tecnologias e domínio das já existentes; investimentos na modernização dos meios navais; ampliação das capacidades informacionais e de guerra cibernética; implantação de esquadras ou flotilhas nos locais de interesse no OM; busca de parcerias e alianças para o estabelecimento de portos de apoio logístico no exterior; e o emprego de ações políticas, militares, técnico-militares, diplomáticas, econômicas e informacionais destinadas a impedir o uso de força militar contra a Rússia.

Por fim, cabe ressaltar que a marinha russa preserva capacidades ofensivas, de projeção de poder e expedicionárias suficientes para consecução dos seus objetivos estratégicos, dentro de um cenário de uma NOM emergente, conforme verificado na análise dos documentos ESN-2021, DM-2022 e PN-2017.

No próximo capítulo averiguaremos como a Rússia e o Brasil empregam os conceitos de A2/AD em suas marinhas em prol de suas estratégias de Defesa Nacional.

²⁷ O Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua ou Pacto de Varsóvia, foi uma aliança militar entre os países socialistas do Leste Europeu, sob a liderança da URSS, assinado em 14 de maio de 1955 na capital da Polônia, Varsóvia, de quem herdou o nome. Fonte: <<https://www.britannica.com>>.

4 O EMPREGO DO A2/AD NAS MARINHAS RUSSA E BRASILEIRA

Seguindo o propósito de identificar possíveis ensinamentos a serem aplicados à MB, estudaremos neste capítulo como a Federação Russa utiliza os conceitos de A2/AD na estruturação de suas estratégias de defesa nacional. Focaremos no emprego do A2/AD pela Marinha da Rússia como parte de um sistema mais amplo que conta com a participação de outros entes estatais e FS, dentro da concepção de utilização conjunta do poder nacional.

Logo em seguida, verificaremos como o Brasil exerce o seu poder dissuasório na defesa do litoral, ZEE, PC e entorno estratégico, com a utilização de armamentos convencionais (não nucleares). Analisaremos as capacidades de A2/AD empregadas pela MB dentro de um modelo de estratégia de defesa por camadas, onde a força é mobilizada de maneira crescente em agressividade e intensidade, à medida que a ameaça se aproxima da costa brasileira.

4.1 A estratégia de A2/AD aplicada à Marinha da Rússia

Inicialmente, cabe ressaltar que as capacidades de A2/AD não são exclusividade de uma marinha de guerra. Vimos anteriormente que, para o emprego de estratégias de antiacesso e negação de área o ambiente no local do conflito deve ser predominante marítimo, conforme descrito por Tangredi no estudo dos cinco elementos recorrentes em estratégias de A2/AD. Entretanto, mesmo em ambiente predominantemente marítimo, o conjunto de ações empregadas podem envolver capacidades de outras FS, conforme observamos no caso da Rússia:

Além de atribuir capacidades de defesa marítima e territorial, os planejadores militares da Rússia também criam várias camadas de domínio cruzado e sistemas de impasse, como defesa costeira, antiaérea e guerra antissubmarina. Quaisquer lacunas nessas armas convencionais são preenchidas com sistemas de guerra eletrônica. As capacidades de interdição, portanto, estão presentes “em quase todos os níveis das FA russas”, especialmente dentro da Defesa Aérea das Forças Terrestres”²⁸ (GILES, BOULEGUE, 2019, p. 24, tradução nossa).

²⁸ No original: “In addition to assigning maritime defense and territorial capabilities, Russia’s military planners also create several layers of cross-domain standoff systems, such as coastal, air defense, and anti-submarine warfare. Any gaps in these conventional weapons are filled with electronic warfare systems. Interdiction capabilities, therefore, are present “at almost every level of the Russian Armed Forces”, especially within the Air Defense of the Ground Forces”

Após a dissolução da URSS e a entrada de algumas de suas ex-repúblicas para a OTAN, a Rússia iniciou um processo de reformulação de suas estratégias de defesa dando mais ênfase às capacidades de A2/AD, com objetivo de aumentar o poder dissuasório e a influência sobre o seu entorno estratégico. “Isto posto, a Rússia arquitetou uma série de atividades, onde sua intenção maior foi fortalecer e modernizar os meios militares em todas as dimensões (ar, mar, terra, espaço e “cyber”) em território russos, como a Península de Kola e o enclave de Kaliningrado na Europa” (QUINT, 2016, p. 24).

Neste mesmo sentido, Tangredi (2013) destaca que o Estado russo possui capacidades de A2/AD consideráveis, devendo aumentar devido ao desenvolvimento acelerado de novas tecnologias nesta área. A Rússia se utiliza de sistemas e armas empregadas em conjunto para proporcionar uma rede dissuasória significativa. Cabe salientar ainda, que é a responsável pelo fornecimento de armas e diversos sistemas empregados em estratégias de A2/AD, por outros Estados, como a China (TANGREDI, 2013).

Segundo Dornelles JR (2014), a capacidade de vigilância e reconhecimento oceânico é o primeiro passo para dar início a operações A2/AD, sendo uma ação não cinética que contribui para aumentar a capacidade dissuasória russa. Corroborando esta afirmação vimos que, ainda na era soviética, a marinha desenvolveu um sistema de vigilância oceânico, centrado em uma rede de estações de interceptação eletrônica e de barcos espiões. Posteriormente, o sistema foi expandido com a incorporação de satélites para a detecção de sinais infravermelhos e eletrônicos, como os emitidos por radares (MCDEVITT, 2007).

Continuando no campo das ações não cinéticas, a Rússia salienta a necessidade de aumentar a estabilidade do sistema de RI para evitar possíveis conflitos e a utilização de força militar contra o seu território. Assim, as cooperações multilaterais, principalmente com os Estados vizinhos, e as abordagens coletivas para resolução de problemas comuns, desenvolvendo ações políticas, diplomáticas, econômicas e informacionais devem ser aprofundadas (RÚSSIA, 2021).

Em conformidade à essa política de fortalecimento das RI, Tangredi (2013) afirma que as medidas iniciais adotadas no entorno de uma área a ser defendida devem se referir às ações de caráter político, diplomático e econômico, à fim de construir relações de confiança mútua entre os Estados. Desta maneira, poderiam se beneficiar com a implantação de uma defesa conjunta ou colaborativa, dificultando a presença militar e a influência de potências hegemônicas nas proximidades de suas áreas de interesse.

Para Correia (2021), a marinha russa do século XXI combina dissuasão nuclear com dissuasão convencional empregando capacidades de A2/AD com o objetivo de proteger o território de um ataque nuclear inimigo, sobretudo da OTAN, a partir da Europa. Na doutrina russa, o emprego de armas nucleares contra o agressor ocorreria se a dissuasão proporcionada pelos meios convencionais, não o impedisse de iniciar um ataque ou se uma agressão continuada comprometesse a integridade do Estado.

Segundo Dornelles Jr (2014), os principais meios empregados na operacionalização de estratégias de A2/AD, na área da guerra naval, são os submarinos diesel-elétricos ou de propulsão nuclear, armados com mísseis de cruzeiro supersônicos antinavio e torpedos avançados, além de submarinos lançadores de mísseis balísticos. Desta feita, as capacidades de A2 requerem o emprego de tecnologias e sistemas de armas de longo alcance e as de AD necessitam tecnologias e sistemas de armas de curto alcance para serem implementadas.

Ressaltando a importância do submarino para a operacionalização da estratégia de A2/AD russa, Moura (2014) assevera que eles possuem as seguintes capacidades: operar isoladamente; operar integrados a uma força naval; efetuar ataques a comboios e forças navais, inclusive as nucleadas em NAe, podendo utilizar armamentos nucleares; combater outros submarinos; efetuar lançamento e recolhimento de forças especiais; e efetuar a implantação de campos minados de alto valor tático, operacional e estratégico.

Entretanto, cabe pontuar que a NUM não é realizada exclusivamente por submarinos, não tendo a finalidade de atacar a navegação mercante do inimigo. O foco do A2 é a dissuasão de forças navais mais fortes, podendo recorrer ao emprego de operações de minagem, ataques aéreos a partir de navios e a utilização de baterias costeiras de artilharia e de mísseis contra unidades ou forças inimigas, segundo Correa (2021) (**FIG. 3**).

Já Krepinevich (2010), pondera que os mísseis balísticos antinavio (ASBM), as armas antissatélite (ASAT), a aviação antinavio de longo alcance, além dos submarinos convencionais (SC) e nucleares, são os responsáveis pelos esforços de A2, enquanto os mísseis cruzadores antinavio, superfície-ar (SAMs) e balísticos, as minas, os sistemas de munições inteligentes, e a artilharia de costa desempenham funções de AD.

Para Giles e Boulegue (2019), a Rússia continua utilizando os “círculos concêntricos” da era soviética na proteção do seu território, proporcionando camadas defensivas sucessivas, típicas das estratégias A2/AD (**FIG. 4**). Assim, as capacidades de aniacesso e negação de área são utilizadas em operações navais de proteção do litoral, em ações fora

das áreas de domínios contestados, especialmente nos Mares Negro e Báltico. Tais capacidades, são exercidas pelo emprego de sistemas de defesas antiaérea, antissubmarina e de costa, primordiais para a eficácia do A2/AD (GILES; BOULEGUE, 2019).

Neste sentido, Moura (2014) explica que a estratégia naval russa possui duas vertentes. A primeira é mais dissuasória e emprega o conceito de A2. Prevê a construção dos novos submarinos lançadores de mísseis balísticos (SLBM) da classe *Borey* e o novo míssil *Bulava*, cujas implantações têm o propósito de manter uma capacidade de dissuasão nuclear considerável e eficaz, desde a camada externa de proteção, além de suplantar as defesas antimísseis americanas.

A segunda vertente, remete ao conceito de AD, sendo uma camada defensiva mais próxima ao litoral para a proteção do território e das águas jurisdicionais. Esta camada está sendo reforçada com a construção de uma nova classe de SC, uma de submarino de ataque nuclear (SNA) e uma classe de corvetas de emprego costeiro, dotadas de armamentos e equipamentos modernos. Os novos submarinos incrementarão as defesas dos “bastiões”, que são os “santuários em águas litorâneas fortemente protegidos com medidas antissubmarino, contra SNA incursões que os pretendam destruir” (MOURA, 2014, p. 197).

Integrando todas as camadas defensivas temos os sistemas cibernéticos e espaciais que, normalmente, ultrapassam as três dimensões convencionais, marítima, terrestre e aérea, atuando em uma quarta dimensão estratégica, o *outerspace*. Desta maneira, a estratégia de A2/AD pressupõe o emprego de satélites e de sistemas de ataque cibernético, na camada do *outerspace*, para degradar ou inviabilizar as capacidades de combate do inimigo, principalmente as de Comando e Controle (FERREIRA, 2011).

4.2 A estratégia de A2/AD aplicada à Marinha do Brasil

O Brasil é signatário do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), sendo proibido de desenvolver, adquirir ou empregar armamento nuclear. Desta maneira, a aplicação do A2/AD na defesa da costa, ZEE, PC e entorno estratégico se restringe, no campo bélico, ao emprego de armamentos convencionais (não nucleares) (BRASIL, 2020a, b). Neste diapasão, a dissuasão convencional pode ser operacionalizada por meio das capacidades de A2/AD aplicadas em uma condição de assimetria e multidomínio, convergindo os fatores táticos geográficos em sua execução (TEIXEIRA JUNIOR, 2020).

A MB descreve seus objetivos gerais para contribuição da defesa nacional na sua Política Naval, documento que transporta para o âmbito naval os conceitos contidos na Política Nacional de Defesa (PND) e na Estratégia Nacional de Defesa (END). A Política Naval fornece as diretrizes para o Plano Estratégico da Marinha 2040, que tem o propósito de orientar o planejamento de médio e longo prazo, por meio de Objetivos Navais (OBNAV) e, a partir desses objetivos, elaborar Ações Estratégicas Navais (AEN) (BRASIL, 2020, 2022a, b).

Assim, o poder naval deve possuir capacidade e credibilidade para dissuadir inimigos de conduzirem ações hostis nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB). Deve também, realizar ações de presença no entorno estratégico brasileiro, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, a costa ocidental africana e a Antártica. Cabe destacar que as AJB correspondem a uma área que, acrescida da Elevação do Rio Grande²⁹ (ERG), abrange cerca de 5,7 milhões de km² e cerca de 60.000 quilômetros de hidrovias (BRASIL, 2019, 2020) (FIG. 5).

O entorno estratégico brasileiro é limitado ao Norte, pelo paralelo 16º N, ao Sul, pelo Continente Antártico, a Leste, pelo litoral da África Ocidental e a Oeste, pela América do Sul englobando o espaço entre os salientes nordestino e o ocidental africano, o Mar do Caribe e o litoral brasileiro do hemisfério Norte, três áreas de relevância estratégica para o Brasil. Já a faixa entre Santos e Vitória e a área em torno da foz do rio Amazonas são destacadas como locais que merecem atenção especial e rigoroso controle do acesso. Na mesma direção, a área da ERG necessita de monitoramento e controle permanentes (BRASIL, 2022a, b).

Ao analisarmos os documentos estratégicos brasileiros verificamos que não há menções a utilização de capacidades de A2/AD como parte das estratégias empregadas na defesa nacional. Entretanto, segundo a Doutrina Militar Naval (DMN), uma das tarefas básicas do poder naval é a “Negação do Uso do Mar”, o que pressupõe o emprego de capacidades dissuasórias consideráveis, em conformidade com as práticas de A2/AD.

Assim, consideraremos o A2/AD como um meio de operacionalizar a estratégia de dissuasão convencional, em um ambiente multidomínio, sendo que o seu emprego naval, “implica projetar uma defesa do litoral, disposta em camadas sucessivas, em que diferentes sistemas de armas interdependentes combinam seus efeitos e alcances, de forma a enrijecer a defesa, à medida que o adversário se aproxima da costa” (MOURA NETO, 2010, p. 458).

²⁹ A Elevação do Rio Grande é uma proeminente feição morfológica do Atlântico Sul, situada a cerca de 1.200 Km de Rio Grande-RS, com elevado potencial econômico, mineral e energético, o que lhe confere relevância estratégica (PEM 2040).

Ferreira (2018), propôs um modelo para defesa do entorno estratégico brasileiro em cinco camadas que nos fornece perspectivas para o emprego do A2/AD na MB (**FIG. 6**). As defesas foram agrupadas conforme os métodos dissuasórios e os armamentos a serem empregados, “aproveitando o máximo de suas capacidades, mas integrando-os de forma sinérgica segundo o princípio de armas combinadas e com o propósito de ir fortalecendo a defesa à medida em que a ameaça fosse se aproximando do litoral” (FERREIRA, 2018, p. 40).

Analisando a implantação do sistema proposto para defesa em cinco camadas, verificamos que a primeira é representada por alianças estratégicas, tratados e acordos de cooperação, participação em organismos multilaterais, dentre outras ações no âmbito dos esforços diplomáticos e políticos. Essas ações guardam estreita relação com o elemento fundamental que preconiza a utilização dos fatores extrínsecos disponíveis, tais como econômicos, diplomáticos e informacionais, em favor do defensor (TANGREDI, 2013).

Na mesma direção, a PND e a Política Naval frisam as ações para o reforço da segurança nacional, a saber: aumentar a cooperação no campo da defesa com os Estados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); incrementar a participação em operações internacionais estreitando laços entre as FA; usar a diplomacia na resolução de conflitos; manter a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS); e sem prejuízo à dissuasão, privilegiar a integração com os Estados sul-americanos (BRASIL, 2019, 2022a).

A segunda camada de proteção pressupõe o aumento da consciência situacional do Ambiente Operacional (AO), sendo a ampliação das capacidades de monitoramento essenciais para o emprego eficaz da força naval. Desta feita, é imprescindível o conhecimento mais detalhado possível acerca do que se passa na superfície, abaixo e acima dela, nas AJB e em boa parte do Atlântico Sul (OBERG, 2010).

Tal necessidade se coaduna com a implantação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) (**FIG. 7**), que visa integrar os sistemas de segurança da navegação existentes ou que venham a ser adquiridos, com satélites, veículos aéreos não tripulados, sensores submarinos e radares de longo alcance instalados em terra, ilhas ou plataformas de petróleo, a fim de prover o conhecimento do espaço marítimo (OBERG, 2010).

Ainda na seara da consciência situacional, constatamos que para a aplicação do A2/AD pelo poder naval, em um AO de assimetria e multidomínio, a capacidade para operar nos campos informacional, cibernético e espacial, utilizando recursos como satélites de comunicações e de vigilância, é um fator indispensável no cenário atual (TANGREDI, 2013).

No contexto brasileiro, a END atribui ao Exército Brasileiro (EB) a coordenação do Setor Cibernético e à Força Aérea Brasileira (FAB) do Setor Espacial. Na MB, o PEM prevê a criação de um Esquadrão dedicado à guerra cibernética e a elaboração de doutrinas e regulamentações. Determina ainda, o desenvolvimento da capacidade de interceptação de comunicações por satélite e a reestruturação do Sistema de Informação da Marinha, para promover sinergia entre o órgão central e as agências de inteligência (BRASIL 2020, 2022b).

O emprego da força bélica se inicia na terceira camada defensiva com o cumprimento da tarefa básica do poder naval de NUM que, na MB, é executada pelos meios da Esquadra disponíveis, sendo o submarino o mais eficiente. Segundo a END as FA devem possuir a capacidade de dissuadir a concentração de forças hostis nos limites das AJB (BRASIL, 2022b).

Desta maneira, a MB deve possuir capacidade de A2 na área da região definida como seu entorno estratégico, principalmente no Atlântico Sul e na área adjacente à Amazônia, com intuito de impedir o acesso às AJB. Para alcançar tal propósito, o uso de submarinos com propulsão nuclear, mísseis antinavio de longo alcance, forças anfíbias e aeronaves devem ser priorizados como meios de combate para esta camada, segundo Ferreira (2018).

Porém, o PEM define o SC e, principalmente, o SNA como os principais vetores típicos de A2/AD a serem empregados em tarefas de NUM, devido a sua mobilidade combinada com a maior capacidade de ocultação em relação às Forças de Superfície. Assim, afirma que “a maior velocidade e permanência do submarino com propulsão nuclear conferem a tal meio naval uma mobilidade estratégica, que maximizará a capacidade dissuasória e defensiva da MB” (BRASIL, 2020).

Nesta mesma orientação a END preconiza que:

Para assegurar a tarefa de negação do uso do mar, o Brasil contará com Força Naval submarina de envergadura, composta de submarinos convencionais de propulsão diesel-elétrica e de propulsão nuclear. A Marinha diligenciará para que o Brasil ganhe autonomia nas tecnologias inerentes à operação de submarinos e de seus sistemas de armas, e que lhes possibilitem atuar em rede com as outras forças navais, terrestres e aéreas (BRASIL, 2022b, p. 51).

Na mesma direção, o OBNAV 6 do PEM descreve a necessidade de substituição dos meios navais obsoletos ou ultrapassados, visando a construção do núcleo de um poder naval eficiente. Para alcançar esse objetivo o documento lista os programas estratégicos a serem executados, sendo o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) o mais relevante para o aumento das capacidades de A2 da MB (BRASIL, 2020).

O PROSUB tem como objetivo “a construção de submarinos convencionais e de submarino convencional de propulsão nuclear, dois estaleiros, uma base naval e um complexo de manutenção especializada” (BRASIL, 2020, p. 70). Tais meios, valendo-se de sua discricção, alcance, permanência e velocidade, deveriam ser destacados em pontos focais do Atlântico Sul como a “Garganta Atlântica”³⁰, o Cabo da Boa Esperança e o Estreito de Magalhães, segundo Ferreira (2018).

A quarta camada defensiva, estabelecida nas AJB, guarda uma estreita relação com as capacidades de AD, tendo como objetivo combater o inimigo que a acessar. A DMN estabelece o “Controle de Área Marítima” como a tarefa básica do poder naval que “é apropriada para se contrapor à projeção de poder adversário e reduz a necessidade de aplicar, em toda a extensão do litoral protegido, forças terrestres e aéreas, desonerando-as para emprego em outras áreas ou missões” (BRASIL, 2017, p. 7-8).

Segundo a DMN, o estabelecimento, a manutenção ou exploração do CAM podem ser obtidos com a realização de Operações de Ataque para destruir ou neutralizar forças inimigas empregando, preferencialmente, forças nucleadas em NAe, com aviação orgânica diversificada (BRASIL, 2017). “Cabe ressaltar que o dimensionamento de meios da Força destinados às atividades relacionadas à segurança marítima deve sempre considerar sua aplicabilidade primária na Defesa da Pátria” (BRASIL, 2019, p. 27)

Já o PEM estabelece os requisitos para um sistema defensivo proativo em áreas mais distantes do litoral. Desta feita, afirma que “um Navio com capacidade de Controle de Área Marítima (NCAM), capaz de operar com aeronaves de asa fixa, rotativa e/ou remotamente pilotadas, atua basicamente como plataforma de CAM, com foco na defesa de forças navais contra ameaças de superfície, aéreas e submarinas” (BRASIL, 2020, p 42).

Esta camada deve contar com a sinergia das capacidades das FS para aumentar o potencial defensivo e ofensivo do Estado contra agressores, por meio do seu emprego, preferencialmente conjunto, segundo Ferreira (2018). “Nesse sentido, o aprimoramento da capacidade de emprego conjunto de aeronaves com a Força Aérea Brasileira, complementando as aeronaves embarcadas em navios de superfície, avulta de importância” (BRASIL, 2020, p. 42).

Ainda sobre o emprego conjunto das FS na defesa nacional, temos o seguinte:

³⁰ A “Garganta Atlântica” é um espaço intercontinental salutar ao comércio mundial, situado entre a costa do Nordeste brasileiro e a África Ocidental (BRASIL, 2012, p 38).

Do EB, foi previsto o emprego de baterias de mísseis antinavio, no limite de seus alcances no mar. Da FAB, o emprego de aeronaves baseadas em terra para atacar a força adversa na área marítima que se pretende controlar. Poderia, ainda, oferecer combate antiaéreo, contra ameaças nessa área. (...) Haveria necessidade de estreita coordenação, tanto para se evitar o fratricídio, quanto para criar sinergia na combinação dos efeitos dessas armas (FERREIRA, 2018, p. 48).

Na mesma direção, a END explicita que devido “as peculiaridades dos conflitos armados modernos, deve-se considerar, primordialmente, o emprego conjunto das Forças, racionalizando-se meios de toda ordem e incrementando-se as capacidades de cada uma delas” (BRASIL, 2022b, p. 45). Desta maneira, deve-se buscar a sinergia das características e potencialidades das FS, mantendo-se suas capacidades de forças singulares (BRASIL, 2022b).

Diante disso, verificamos que o CAM empregado nas AJB exerce a função de AD atribuída à quarta camada de defesa. Cabe destacar também, que o NUM e o CAM são tarefas básicas, previstas na DMN, que podem ser exercidas de forma concomitante ou complementar, não sendo mutuamente excludentes, tendo o grau de negação à liberdade da ação inimiga advindo do estabelecimento de um CAM eficiente (BRASIL, 2017).

A quinta e última camada defensiva, baseada na utilização dos conceitos de A2/AD, é a defesa aproximada da costa por meio de operações litorâneas conjuntas, empregando todas as capacidades disponíveis do EB e FAB, principalmente os armamentos de curto alcance. Os meios ofensivos da MB utilizados nesta camada seriam os “navios distritais e lanchas de combate artilhadas com mísseis antinavio” (FERREIRA, 2011, p. 74).

Em um esforço conjunto para defesa do litoral, o EB empregaria baterias de mísseis antinavio e antiaéreos, apoiando a força naval até o limite de seus alcances e a FAB utilizaria suas aeronaves para atacar o inimigo no mar (FERREIRA, 2018). “Tais atividades demandam que, cada vez mais, as Forças possam operar em rede, incrementando-se o intercâmbio de informações, o que, dadas as dimensões das áreas consideradas, exigirá a aptidão de se chegar, oportunamente, à região de interesse” (BRASIL, 2022b, p. 47).

Por fim, destacamos que a MB deverá alcançar o domínio das tecnologias de sistemas aéreos de emprego naval, de superfície e submarinos remotamente operados ou autônomos, fundamentais para o emprego do A2/AD na atualidade. Confirmando esta necessidade, temos que “o esforço defensivo deve ser intensificado nas áreas marítimas contíguas às zonas produtivas, por intermédio de sensores ativos, como veículos aéreos, marítimos ou subaquáticos, não tripulados, remotamente controlados” (BRASIL, 2020, p. 42).

4.3 Conclusões parciais

Neste capítulo constatamos que a Rússia passou por um período de declínio generalizado após o colapso da URSS o que afetou as capacidades de suas FA, com destaque para a marinha. Entretanto, com a melhora da situação econômica e a estabilização da situação política interna em meados da primeira década deste século, o Estado russo foi, gradativamente, revitalizando e recuperando suas capacidades militares, muito em função do apoio estatal a sua BID e aos investimentos em tecnologias avançadas.

Verificamos ainda, que as estratégias de defesa empregadas na era soviética sofreram alterações que refletiram os cenários econômico e político vigentes. Consequentemente, a marinha russa enfrentou uma redução de meios significativa, passando a adotar uma postura dissuasória mais defensiva, com estratégias e táticas típicas de A2/AD em suas Direções Estratégicas e áreas de interesse.

Porém, com o desenvolvimento de novas tecnologias, a revitalização de navios, a incorporação de novas unidades, a operação a partir de bases avançadas e o emprego sinérgico com as outras FS, a marinha russa conseguiu manter suas capacidades dissuasórias ofensivas, principalmente pelo emprego de SLBM e SNA. Ressaltamos ainda, os relevantes avanços alcançados nas áreas de monitoramento e vigilância oceânica, de guerra cibernética e de guerra eletrônica.

Referente à MB, verificamos a predominância de uma estratégia majoritariamente dissuasória na utilização dos meios navais em prol da defesa nacional, sendo a NUM e o CAM as principais tarefas previstas nos documentos estratégicos analisados. Desta maneira, o emprego sequencial dos meios navais dispostos em camadas defensivas, considerando suas características específicas, e o uso intensivo de tecnologias de monitoramento se coadunam aos conceitos utilizados em estratégias de A2/AD.

Finalizando o capítulo, identificamos lacunas importantes a serem preenchidas para possibilitar o melhor emprego das capacidades da MB no cumprimento de suas missões constitucionais. Assim, apontamos as seguintes necessidades: o reaparelhamento da Força com meios avançados e adequados ao cumprimento das tarefas atribuídas; a incorporação de armamentos modernos, o desenvolvimento de uma BID e ICN robustas; o domínio de tecnologias de equipamentos remotamente controlados e autônomos; o incremento das capacidades cibernéticas e satelitais; e a previsibilidade orçamentária efetiva.

5 CONCLUSÃO

O sentimento de proteção é instintivo e inerente à natureza humana, na sua luta pela sobrevivência, desde que o homem identificou o perigo ao seu redor. Com o objetivo de mitigar os riscos associados à vida em sociedade os indivíduos criaram estratégias para sua defesa e dissuasão de possíveis agressões. Desta maneira, verificamos que os conceitos associados ao A2/AD estão presentes no cotidiano do ser humano.

A Rússia, como conhecemos atualmente, é originária da dissolução da URSS em 1991, tendo herdado desta, a maior parte de seus traumas, receios e inimigos. O maior Estado do mundo em extensão territorial tem a clara percepção de constante vulnerabilidade em suas fronteiras terrestres, cercadas, em grande parte, por Estados não alinhados ou membros da OTAN, sua maior opositora no cenário geopolítico.

Após a década de 1990 a Rússia começou um longo processo de recuperação econômica e de reestruturação de suas FA, na busca pelo restabelecimento de seu prestígio no concerto das nações. Sendo uma das potências nucleares e membro permanente do CS, a Federação russa, mesmo debilitada, manteve um nível de poder considerável na Eurásia, agregando diversos Estados da ex-URSS em sua órbita de influência.

No início deste século ficou evidente para os EUA que a Rússia, herdeira de grande parte do poderio bélico soviético, almejava frear os avanços da OTAN em direção às suas fronteiras, cooptando ou coagindo os Estados do seu entorno, algumas vezes por meio de invasões e agressões militares. Neste cenário de instabilidade, a China emergiu como potência desafiante à hegemonia norte-americana.

Diante deste panorama, o oficial do exército norte-americano Andrew Krepinevich formulou a teoria estratégica contemporânea de A2/AD para denominar a postura defensiva adotada pelos adversários dos EUA, principalmente China e Rússia. Seu conterrâneo, Sam J. Tangredi, refinou sua teoria após estudar diversos conflitos, concluindo que existem cinco características comuns à construção de estratégias de antiacesso e negação de área.

Na análise dos documentos russos ESN-2021, DM-2022 e PN-2017 ficou evidente a presença de alguns conceitos de antiacesso e negação de área, porém, de forma não sistematizada. Conseguimos identificar também, elementos de A2/AD nas intrincadas camadas empregadas pela Rússia em suas estratégias colaborativas, focadas na dissuasão nuclear e defesa em profundidade para proteção das LCM e dos interesses nacionais.

Verificamos ainda, que a Rússia assumiu uma postura militar mais defensiva, após o fim da URSS, com intuito de se consolidar como segunda potência global e evitar um distanciamento ainda maior da liderança americana no cenário internacional. Suas estratégias priorizavam a manutenção do poderio bélico remanescente e a conservação de uma capacidade dissuasória compatível com a ameaça representada pela OTAN.

Entretanto, com a recuperação econômica e a estabilização política o Estado russo mudou, gradativamente, os rumos da política externa e o emprego de suas FA. Sua BID robusta contribuiu para o reaparelhamento e modernização das FS, possibilitando a adoção de uma postura militar mais agressiva, a partir da segunda década do século XXI. Neste período, a expansão da capacidade dissuasória russa se deu, em grande medida, aos avanços tecnológicos alcançados, destacando-se os referentes aos mísseis hipersônicos.

Desta forma, vislumbramos alguns elementos utilizados na estratégia de A2/AD russa que podem contribuir para o aperfeiçoamento de dispositivos aplicados à MB, bem como para o desenvolvimento de conceitos e ações, a serem implementados nas próximas revisões do PEM. Cabe destacar ainda, que tais mecanismos dependem da aceitação do nível político brasileiro para serem incorporados, requerendo alterações nas END, PND e PN.

O primeiro aspecto relevante verificado, diz respeito à ampla utilização do submarino em todas as áreas focais para os interesses russos. O seu pré-posicionamento estratégico garante um incremento significativo ao poder dissuasório de A2. Desta maneira, torna-se imperiosa a estruturação de uma força de submarinos compatível com a envergadura do que se quer defender, o que pressupõe o direcionamento apropriado de recursos para tal.

Destacamos também, o emprego massivo de artilharia costeira e o apoio aéreo tático em proveito de operações navais. Assim, é vital a interoperabilidade entre as FS, o aperfeiçoamento de doutrinas de emprego conjunto, a padronização das comunicações entre as FS e a uniformização de equipamentos e armamentos. O apoio das demais FS potencializa as capacidades de uma força naval empregada em ações de A2/AD.

Vale mencionar ainda, o incremento na capacidade dos meios navais empregados nas defesas da costa e do litoral. A doutrina russa enfatiza a necessidade de manutenção e modernização de embarcações de médio e pequeno porte, bem como a construção novas unidades, dotadas de sistemas modernos de detecção, sistemas avançados de guerra eletrônica e cibernética, de armamentos de médio e curto alcance, principalmente mísseis, além de operarem com sistemas autônomos ou remotamente controlados (drones).

Atrelado aos três primeiros aspectos, constatamos o apoio estatal e privado aos setores de inovações tecnológicas da BID e ICN. O fomento aos setores estratégicos é fundamental para a execução de estratégias de A2/AD críveis e eficientes, devido à necessidade do emprego de tecnologias avançadas em todas as áreas da defesa nacional. Na Rússia, os incentivos estatais destinados à defesa são tratados como políticas de Estado, presentes em todos os documentos de alto nível analisados.

Neste sentido, notamos a preocupação constante com a manutenção dos níveis de recursos financeiros destinados às FA e à BID que a suporta. Os investimentos nas áreas de defesa são justificados devido à fácil identificação, pela sociedade russa, das ameaças externas à sua segurança e soberania. Concluímos que, somente com o apoio da sociedade e da classe política torna-se possível a manutenção de níveis elevados de gastos com Defesa.

No campo das ações não cinéticas, demonstramos que a Rússia dedica atenção especial à manutenção de acordos e tratados benéficos para o Estado, à divulgação da imagem positiva das FA e à ampliação de alianças, parcerias e cooperações estratégicas, principalmente afetas à Defesa. Desta feita, o Estado russo agiu para ampliar suas bases e pontos de apoio fora do seu território, como forma de estabelecer posições avançadas para defesa de interesses estratégicos ou emprego de A2 em profundidade.

Outro aspecto apontado, foi a exploração permanente dos ambientes informacional, cibernético e espacial em todos os TO. O monitoramento e o gerenciamento desses setores, desde os tempos de paz, proporcionam à Rússia a capacidade de antecipação às agressões. O aumento da consciência situacional advindo desta exploração, proporciona a iniciativa das ações, o emprego racional dos meios face às ameaças prementes, bem como a execução de ações ofensivas não cinéticas.

Quanto aos níveis de recursos financeiros destinados às FA e à BID, encontramos no Brasil um cenário bem diferente do russo, motivo pelo qual se sugere estudar, como futuras pesquisas, a importância da previsibilidade dos investimentos para a construção e manutenção de FA e BID modernas e eficientes, compatíveis com a envergadura do Brasil.

Desta maneira, referente a pergunta de pesquisa: “A evolução da DM russa pode oferecer ensinamentos estratégicos adaptáveis ao Plano Estratégico da Marinha?” podemos concluir que o Estado brasileiro, mais especificamente a Marinha do Brasil, pode aperfeiçoar seu Plano Estratégico utilizando ações e conceitos desenvolvidos e empregados pela Marinha da Rússia na defesa e segurança da Federação.

Pelo exposto, concluímos que a proteção do Estado é uma tarefa complexa que requer o engajamento sinérgico de toda a sociedade, com destaque para o papel das FA. A construção e a manutenção de um poder naval compatível com as tarefas atribuídas à Marinha do Brasil demanda um suporte estatal consistente, o aporte de recursos vultosos e, principalmente, o apoio sólido e consciente da sociedade brasileira.

Em um Estado eivado de desigualdades de toda sorte, porém detentor de recursos estratégicos cobiçados e elevado potencial de crescimento econômico, a priorização da alocação de recursos financeiros, materiais e pessoais para a defesa e segurança só será factível mediante a conscientização da população acerca dos riscos, presentes e futuros, aos quais o Brasil se encontra permanentemente sujeito.

REFERÊNCIAS

BILANISHVILI, G. **On the New National Security Strategy of the Russian Federation**. [S.l.]: Georgian Foundation for Strategic and International Studies, 2021. Disponível em: <<https://gfsis.org.ge/files/library/pdf/English-3011.pdf>>. Acesso em: 01 jul. de 2023.

BRASIL. Agência Senado. **Política Nacional de Defesa** é aprovada no Senado e segue para Câmara. Jun. 2022^a. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa>. Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas MD35-G-01**. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/141>>. Acesso em 25 jul. 2023.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa**. [S.l.], 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/estrategia-nacional-de-defesa>. Acesso em: 25 jul. 2023.

_____. **Livro Branco da Defesa Nacional**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2023

BRASIL. Estado-Maior da Armada. **EMA-323: Política Naval**. [S.l.: s.n.], 2019. 47 p. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/politica_naval/book.html>. Acesso em: 25 jul. 2023.

_____. **Plano Estratégico da Marinha 2040 (PEM 2040)**. Brasília-DF: [s.n.], 2020. 88 p. Disponível em: <http://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/pub_pem_2040/book.html>. Acesso em: 25 jul 2023.

_____. **EMA-305: Doutrina Militar Naval**. Brasília, 2017.

BRITÂNICA. **Nuclear triad**. Disponível em: < <https://www.britannica.com/topic/nuclear-triad>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

CONSULADO GERAL DA RÚSSIA NO RIO DE JANEIRO. **De história**. Disponível em: <<https://consrio.mid.ru/web/consrio-br/de-historia>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

CORBETT, Julian S. **Principles of Maritime Strategy**. New York: Dover Publications, 2004. 227p.

CORREIA, Fernanda das Graças. **Inovações Tecnológicas em Mobilidade Estratégica e Capacidades de Antiacesso e de Negação de Área da China nos Mares da Ásia-Pacífico no Século XXI**. Revista da Escola Superior de Guerra, v. 36, n. 78, p. 157-181, set./dez. 2021.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Tratado de estratégia**. Tradução de Brigitte Bentolila de Assis Manso et al. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. 760 p.

DORNELLES JR, Arthur Coelho. **A modernização militar da China e a distribuição de poder no Leste Asiático**. Contexto Internacional. V. 36 n.1 Rio de Janeiro jan. /jun. 2014. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/cint/a/wdXvxsGcJCd8CNRJkPbpmFm/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2023

ERDOGAN, Aziz. **Russian A2AD Strategy and Its Implications for NATO**. Beyond The Horizon. Dec 6, 2018. Disponível em: <<https://behorizon.org/russian-a2ad-strategyand-its-implications-for-nato/>>. Acesso em: 25 jun. 2023

EUA. Government Accounting Office. **Defense Planning: DOD Needs Specific Measures and Milestones to Gauge Progress of Preparations for Operational Access Challenges - GAO-14-801. Report to Congressional Committees**. Washington, DC. Government Printing Office, 2014. Disponível em:<<https://www.gao.gov/assets/670/665697.pdf>>. Acesso em 24 jul. 2023.

_____. Joint Publication (Draft). **Joint Operational Access Concept**. Washington, D.C., 2011.

_____. **Operational access and the global commons**. Palestra ministrada no Marine Corps Combat Development Command. Quantico, 29 out. 2010.

FREEZE, Gregory L. **História da Rússia**. Tradução de Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2017. 663 p.

FERREIRA, Renato Rangel. **Operações Navais no século XXI: Tarefas Básicas do Poder Naval para a proteção da Amazônia Azul**. Monografia apresentada no Curso de Política e Estratégia Marítimas – Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 2011. 180 p.

FERREIRA, Renato Rangel. **Reflexões Sobre Defesa Conjunta da Amazônia Azul**. Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra – Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 2018. 94 p.

GILES, Keir; BOULEGUE, Mathieu. **Russia's A2/AD Capabilities: Real and Imagined**. The US Army War College Quarterly: Parameters 49, no. 1, 2019. Disponível em: <<https://press.armywarcollege.edu/parameters/vol49/iss1/4/>>. Acesso em: 27 jun. 2023

KREPINEVICH, Andrew F.; WATTS, Barry; WORK, Robert. **Meeting the Anti-Access and Area-Denial Challenge**. Washington, D.C.: Centre for Strategic and Budgetary Assessments, 2003. 95 p.

MARTINS, Pedro. **A modernização 50wenty50t russa e seus desafios**. Boletim Geocorrente, Rio de Janeiro, 50wenty, n. 78, p. 8, 2018.

MCDEVITT, Michael. The Strategic and Operational Context Driving PLA Navy Building. In: KAMPHAUSEN, R.; SCOBELL, A. **Right Sizing the People's Liberation Army: Exploring the Contours of China's Military**. Carlisle: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, 2007. p. 481-522.

MEARSHEIMER, John J. **Conventional Deterrence**. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

MONTEIRO, N.S. **Sir Julian Stafford Corbett, o Clausewitz da Estratégia Marítima**. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, V.131 n. 10/12, p. 136-153, Out/Dez. 2011.

MONTEIRO, Sardinha. **Stratégia A2/AD**. Revista da Armada, Lisboa, maio, n. 485, p. 4, 2014.

MOURA, José Augusto A. de. **A estratégia naval brasileira no pós-guerra fria: uma análise 51wenty51tive com foco em submarinos**. Rio de Janeiro. Femar, 2014. 368 p.

MOURA NETO, Júlio S. Comandante da Marinha: **Defendendo o Pré-Sal**. In: **Segurança Internacional Perspectivas Brasileiras**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 449-462.

OBERG, Elis T., **Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul**. In: SEMINÁRIO AMAZÔNIA AZUL, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://www.naval.com.br/blog/2010/10/16/poder-naval-no-seminario-da-amazonia-azul-na-escola-naval/>> Acesso em: 26 jul. 2023.

QUINT, Adilson Giovani. **A Defesa da Região Amazônica: uma proposta de aplicação da Estratégia Russa de Antiacesso e Negação de Área (A2/AD)**. Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Brasília, 2016. 34 p. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/19227/1/2016_AdilsonGiovaniQuint.pdf>. Acesso em 25 jul. 2023.

RÚSSIA. **Fundamentos da Política Estatal da Federação Russa na Área da Atividade Naval para o período até 2030** (No original: Основ государственной политики Российской Федерации в области военно - морской деятельности на период до 2030 года), 2017. Disponível em: <<http://kremlin.ru/acts/bank/42117>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

_____. **Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa** (No original: Стратегия национальной безопасности Российской Федерации), 2021. 44 p. Disponível em: <<http://scrf.gov.ru/media/files/file/l4wGRPqJvETSkUTYmhepzRochb1j1jqh.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

_____. **Doutrina Marítima da Federação Russa** (No original: Морская Доктрина Российской Федерации), 2022. Disponível em: <<http://static.kremlin.ru/media/events/files/ru/xBBH7DL0RicfdtdWPol32UekiLMTAycW.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

STRAUSS, Barry. **A Batalha de Salamina: O combate naval que salvou a Grécia e a civilização ocidental**. Tradução de Clóvis Marques e Carlos Araújo. Rio de Janeiro. Editora Record, 2007. 368 p.

TANGREDI, Sam J. **Anti-Access Warfare: Countering A2/AD Strategies**. Annapolis: Naval Institute Press, 2013. 306 p.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto Wagner Meneses. **O Desafio da Dissuasão Convencional no Ambiente Multidomínio: Antiacesso e Negação de Área como Resposta**. Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Análise Estratégica, vol 18, n 4, set/nov, 2020.

TILL, Geoffrey. **Seapower: a guide for the 21st century**. 3 ed. New York: Routledge, 2018. 477 p.

WEDIN, Lars. **Estratégias Marítimas no Século XXI: A contribuição do Almirante Castex**. Tradução de Reginaldo Gomes Garcia dos Reis et al. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2015. 236 p.

WOOLF, A. F. **Conventional Prompt Global Strike and Long-Range Ballistic Missile: Background and Issues**. Congressional Research Service. Washington. 2016. Disponível em: <<https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/AD1005382.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2023.

VIOLANTE, Alexandre R. **A teoria do poder marítimo de mahan: uma análise crítica à luz de autores contemporâneos**. Revista Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 223 – 260, jan./jun. 2015.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **China e Rússia: A projeção naval de potências terrestres**. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, Porto Alegre, v. 10, n. 20, p. 51 – 73, jul./dez. 2021.

ANEXO A

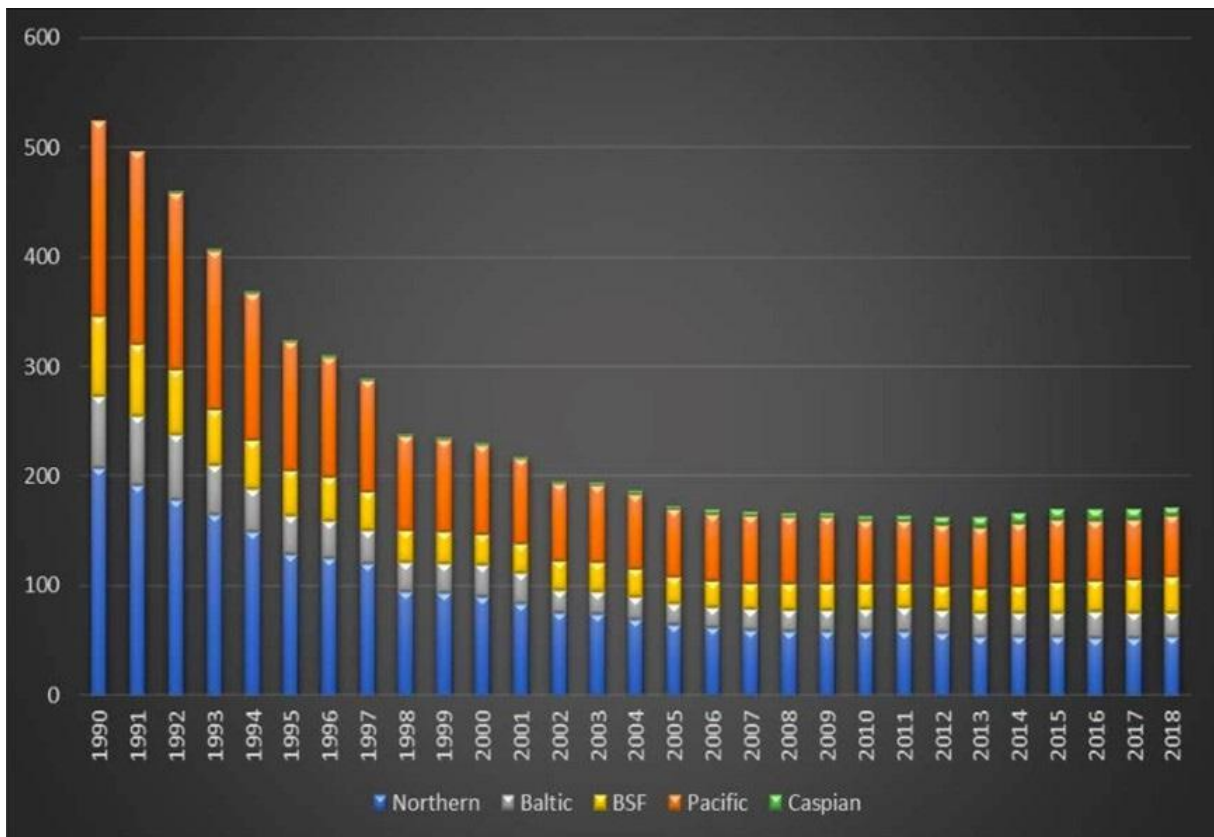


FIGURA 1 – Meios Navais da Rússia por Esquadras de 1990 a 2018

Fonte: Visentini, 2021, p 66.

A figura apresenta as quantidades de navios russos de combate, desdobrados por Esquadras, no período de 1990 a 2018.

ANEXO B

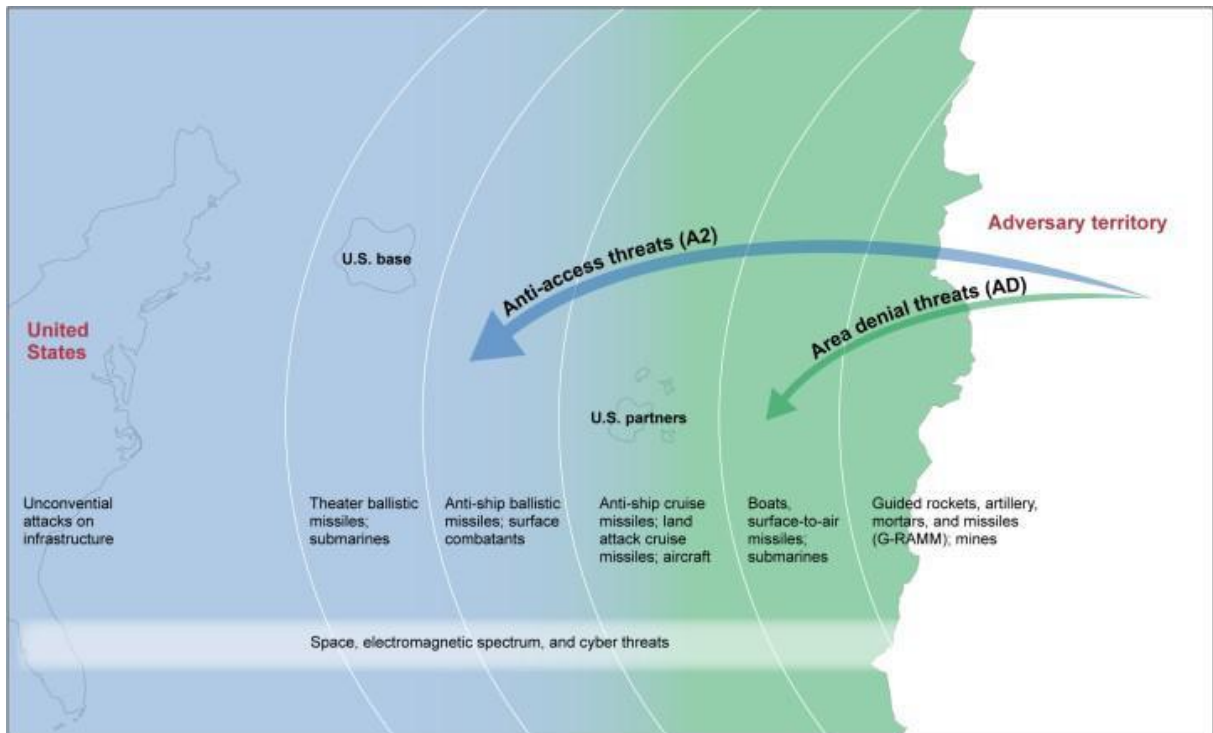


FIGURA 2 – Modelo teórico para o emprego de capacidades A2/AD

Fonte: EUA, 2014, p. 5.

O modelo teórico foi desenvolvido segundo a concepção norte-americana de emprego das capacidades A2/AD. A figura apresenta o esboço dos raios de alcance dos armamentos a serem empregados pelo oponente.

ANEXO C

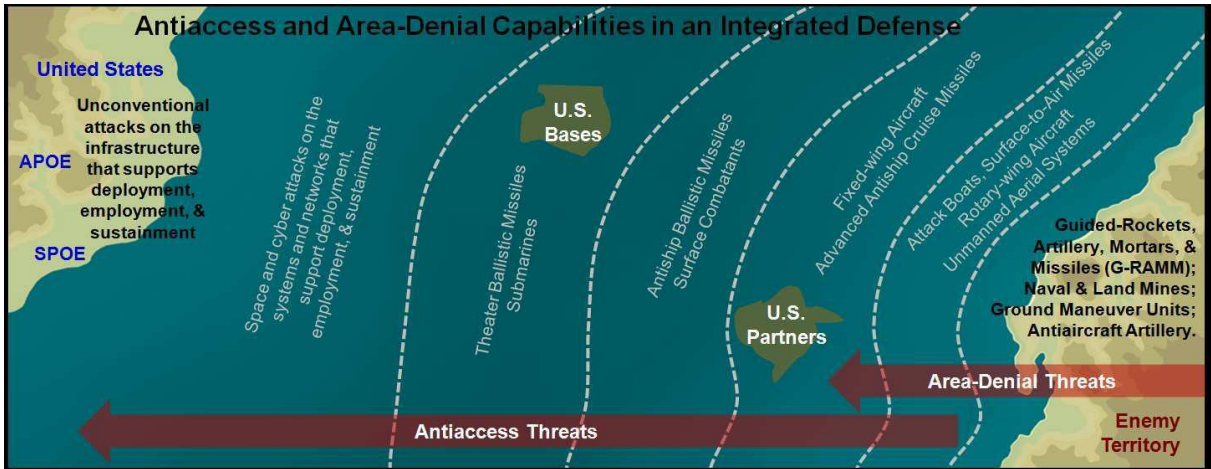


FIGURA 3 – Emprego de capacidades A2/AD em ambiente multidomínio
Fonte: EUA, 2011, p. 9.

A figura apresenta um exemplo do emprego de capacidades A2/AD por Forças Singulares em ambiente multidomínio.

ANEXO D



FIGURA 4 – Estratégia de gvfbh em camadas sucessivas

Fonte: EUA, 2010, p. 7.

A figura apresenta um exemplo de um sistema de defesa em camadas. A escala de cores (do amarelo para o vermelho) indica a intensificação do Poder de Combate à medida em que uma força adversa se aproxima do núcleo da defesa.

ANEXO E



FIGURA 5 – Entorno estratégico brasileiro
Fonte: BRASIL, 2020, p. 18.

A figura retrata a área do entorno estratégico brasileiro, com destaques para as Ilhas Oceânicas, as Águas Jurisdicionais Brasileiras e a Elevação do Rio Grande, as duas últimas destacadas na cor azul, adjacente ao território. O entorno estratégico brasileiro é limitado ao Norte, pelo paralelo 16º N, ao Sul, pelo Continente Antártico, a Leste, pelo litoral da África Ocidental e a Oeste, pela América do Sul englobando o espaço entre os salientes nordestino e o ocidental africano, o Mar do Caribe e o litoral brasileiro do hemisfério Norte.

ANEXO F

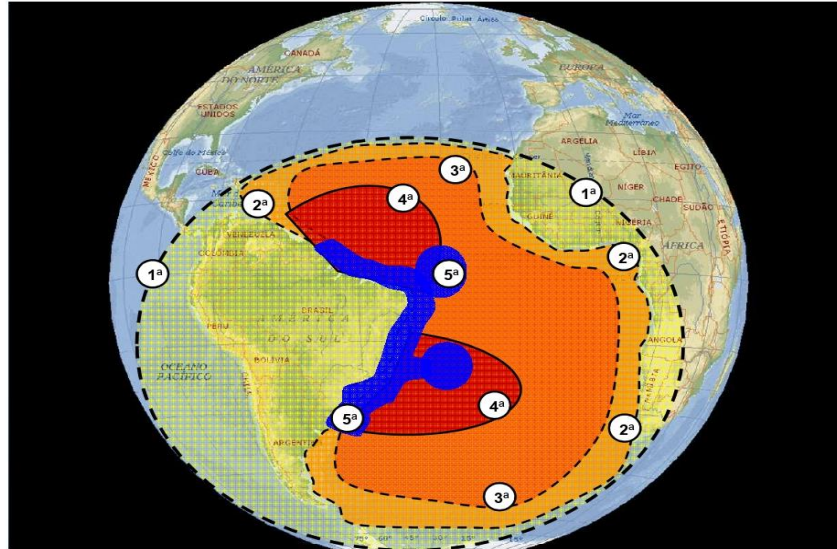


FIGURA 6 – Sistema de defesa em camadas proposto
 Fonte: FERREIRA, 2018, p. 83.

O sistema de defesa em camadas do litoral brasileiro proposto consiste em utilizar as capacidades defensivas de maneira sequencial, partindo da camada mais distante para a mais próxima da costa. As cinco camadas propostas são:

- 1ª Camada - Diplomática;
- 2ª Camada - Consciência Situacional;
- 3ª Camada - Antiacesso;
- 4ª Camada - Negação de Área; e
- 5ª Camada - Operações Litorâneas.

ANEXO G

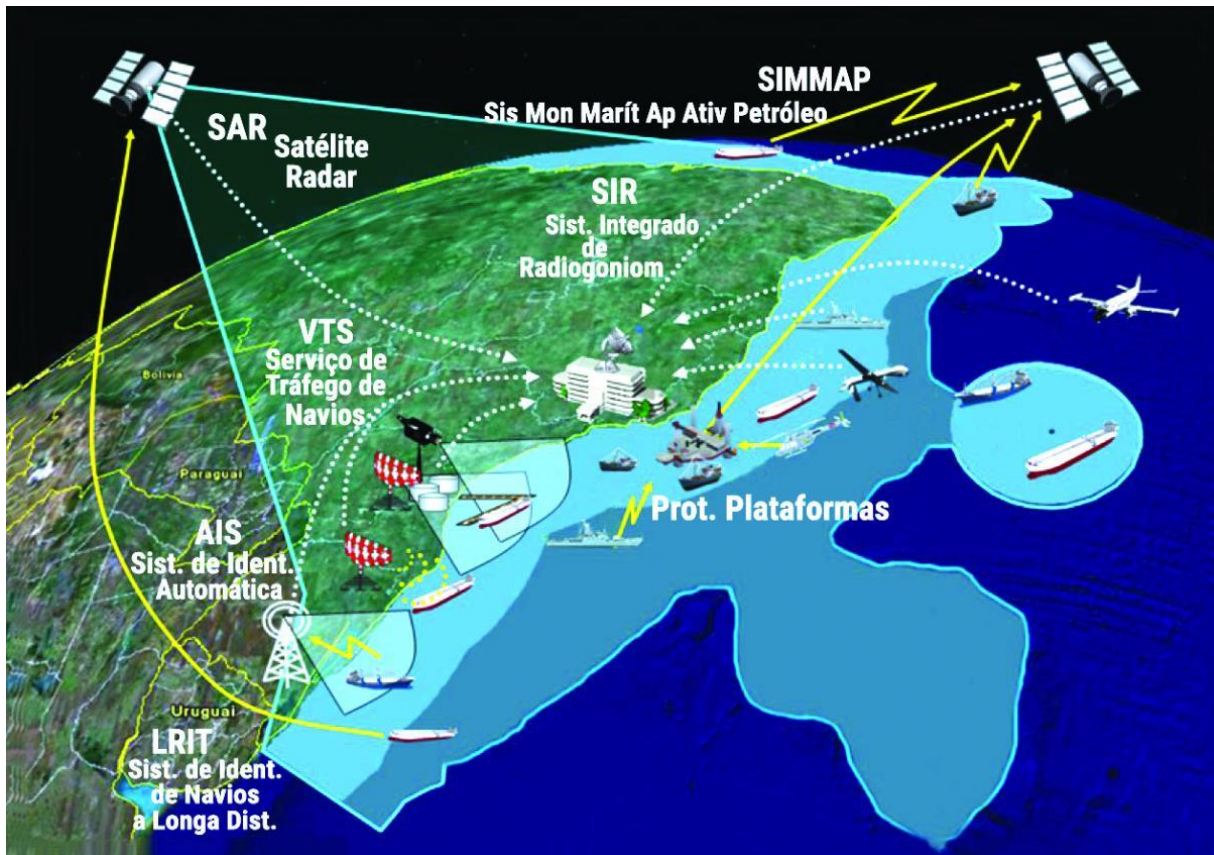


FIGURA 7 – Esboço gráfico do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)
 Fonte: BRASIL, 2020, p. 41.

O Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) consiste num grande “sistema de sistemas” destinado a prover monitoramento/controlar sobre as águas jurisdicionais brasileiras, com dupla funcionalidade nos campos militar e civil, sendo esta última coordenada pela Autoridade Marítima.